



**ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL E UNIFORMIDADE DAS CONTAS NO PROCESSO  
DE *ACCOUNTABILITY*: UM ESTUDO NAS IGREJAS CATÓLICAS DA  
ARQUIDIOCESE DE NATAL/RN**

**ANDRÉA MARQUES FREIRE**

**Natal – RN**

**2015**

**ANDRÉA MARQUES FREIRE**

**ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL E UNIFORMIDADE DAS CONTAS NO PROCESSO  
DE *ACCOUNTABILITY*: UM ESTUDO NAS IGREJAS CATÓLICAS DA  
ARQUIDIOCESE DE NATAL/RN**

Dissertação nº 292 apresentada ao Programa Multi-institucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UnB/UFPB/UFRN), em cumprimento às exigências para obtenção do grau de Mestre em Ciências Contábeis.

Linha de Pesquisa: Impactos da Contabilidade na Sociedade

Orientador: Profa. Dra. Renata Paes de Barros Camara.

**Natal – RN**

**2015**

Setor de Informação e Referência  
Catalogação da Publicação na Fonte. UFRN / Biblioteca Central Zila Mamede

Freire, Andréa Marques.

Escrituração contábil e uniformidade das contas no processo *accountability*: um estudo nas igrejas católicas da arquidiocese de Natal/RN / Andréa Marques Freire. – Natal, RN, 2015.

69 f.

Orientadora: Renata Paes de Barros Camara.

Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Universidade Federal da Paraíba - Universidade de Brasília. Programa Multi-institucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis.

1. Escrituração contábil - Dissertação. 2. Prestação de contas - Dissertação. 3. Terceiro setor – Dissertação. 4. Igreja católica - Dissertação I. Camara, Renata Paes de Barros. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Universidade de Brasília. IV. Universidade Federal da Paraíba. V. Título.

RN/UF/BCZM

CDU 657.1

**ANDRÉA MARQUES FREIRE**

**ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL E UNIFORMIDADE DAS CONTAS NO PROCESSO  
DE ACCOUNTABILITY: UM ESTUDO NAS IGREJAS CATÓLICAS DA  
ARQUIDIOCESE DE NATAL/RN**

Dissertação nº 292 apresentada ao Programa Multi-institucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Mestre em Ciências Contábeis.

COMISSÃO AVALIADORA:

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Renata Paes de Barros Camara**

Orientadora

(UnB/UFPB/UFRN)

---

**Prof. Dr. Adilson de Lima Tavares**

Membro Examinador Interno

(UnB/UFPB/UFRN)

---

**Prof. Dr. Washington José de Sousa**

Membro Examinador Externo

(UFRN)

**Natal - RN**

**2015**

A Deus, a minha filha e a meu marido!

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço imensamente ao Senhor Meu Deus! Ele conhece o meu coração e sabe da luz que brilha todos os dias em que eu trabalho em função de um futuro melhor.

Agradeço à minha filha, Amor da minha Vida, que, nesses anos, teve que sentir saudades, mas que sempre acreditou no meu esforço.

Agradeço ao meu marido, que sempre me encorajou a estudar e que é a pessoa que mais engrandece a minha busca por mais conhecimento.

Agradeço à minha orientadora, Renata Paes, que acreditou, desde o início, que seria possível realizar esta obra. Suas intervenções a respeito deste estudo foram decisivas para a efetiva realização de mais um sonho em minha vida.

Agradeço a todos os colaboradores da Arquidiocese de Natal, em especial, à contadora Sanete Félix e ao Padre Valdir.

Agradeço aos meus pais verdadeiros pilares para que estes dois anos pudessem existir.

Agradeço aos meus familiares, dos quais eu me afastei, mas que de mim não se afastaram.

Agradeço aos meus professores, que muito contribuíram para a minha formação.

Agradeço aos meus novos amigos pelas trocas de sucessos que tivemos durante os nossos encontros.

A todos, muito obrigada!

*Direi do Senhor:  
Ele é meu Deus, o meu refúgio,  
a minha fortaleza, e nele confiarei.*

*Salmo 91*

## RESUMO

Este estudo aborda a temática relacionada ao Terceiro Setor, tendo como objetivo principal analisar se as prestações de contas apresentadas pelas paróquias da Arquidiocese de Natal/RN estão estruturadas de acordo com a Interpretação Técnica Geral – ITG 2000 (R1) – Escrituração contábil – e segundo a nomenclatura utilizada pela matriz Diocesana, buscando dar destaque à base que alicerça o tema de potencial relevância no contexto acadêmico, organizacional e social, a escrituração contábil, especificadamente, das entidades sem fins lucrativos. O conjunto de fatores que levaram à escolha do tema desta pesquisa engloba a participação da população católica no cenário brasileiro, a crescente demanda por assuntos referentes à contabilidade e a atuação do Terceiro Setor como ente que contribui na promoção do bem estar da sociedade. Metodologicamente, este estudo assume a forma de pesquisa exploratória, bibliográfica e documental, de natureza qualitativa e quantitativa e a análise dos dados da pesquisa foi realizada com o auxílio da estatística descritiva. Foi utilizado o *site* da Arquidiocese de Natal/RN e realizou-se visita *in loco* ao departamento de contabilidade da Cúria Metropolitana para obter as informações das organizações religiosas que nortearam os resultados deste estudo. Os dados coletados dos 174 demonstrativos de prestação de contas, sendo 87 do mês de janeiro de 2013 e 87 do mês de janeiro de 2014, foram tabulados utilizando o *software Excel*. Os resultados apontam que a forma como a escrituração foi realizada no período analisado demonstra que os responsáveis pela escrituração auxiliar não seguem as exigências estabelecidas na ITG 2000 (R1) – escrituração contábil –, os registros foram lançados sem atender à maioria dos critérios e procedimentos estabelecidos para a escrituração contábil. Quanto à análise da uniformidade da nomenclatura utilizada, pode-se afirmar que as paróquias da Arquidiocese de Natal fazem uso de alguns nomes comuns para as contas representativas de origem de recursos, entretanto a nomenclatura adotada para registrar as despesas apresentou-se muito diferente da constante no plano de contas da matriz.

**Palavras Chaves:** Escrituração Contábil. Prestação de Contas. Terceiro Setor. Igreja Católica.



## **ABSTRACT**

This study focuses the issue related to the third sector, with the main purpose to analyze if the accountability provided by the parishes of the Archdiocese of Natal / RN are structured according to the General Technical Interpretation - ITG 2000 (R1) – Accounting records - and according to the nomenclature used by the Diocesan headquarter, seeking to emphasize the basis that underpins the potential relevance of theme in the academic, organizational and social context, bookkeeping, specifically, non-profit entities. The full set of factors that led to this research topic of choice includes the participation of the catholic population in the brazilian scenario, the growing demand for matters relating to accounting and the role of the third sector as one who contributes in promoting the welfare of society. Methodologically, this study is classified as a exploratory research, bibliographic and documentary, qualitative and quantitative nature and the analysis of the survey data was performed with the support of descriptive statistics. It used the website of the Archdiocese of Natal/ RN and was conducted a face-to-face visit to the accounting department of the Metropolitan Curia for the information of religious organizations that guided this study's findings. The data collected from 174 the statements of accountability (87 of January 2013 and 87 of January 2014) were tabulated using Excel Software. The results indicate that according to the bookkeeping done in this period demonstrates that those responsible for auxiliary bookkeeping do not follow the requirements established in ITG 2000 (R1) - bookkeeping - the records were released without meet most of the criteria and procedures for bookkeeping. Furthermore, about the uniformity of nomenclature used, it can be affirmed that the parishes of the Archdiocese of Natal/RN use some common names for representative accounts of resource origin, however the nomenclature adopted for recording expenses performed very different from the Diocesan headquarter account plan.

**Key Words:** Bookkeeping. Accountability. Third Sector. Catholic Church.

## **LISTA DE FIGURAS E QUADROS**

Figura 01 – A Tríade entre o Estado, o Mercado e o Terceiro Setor

Figura 02 – Mapa da distribuição das paróquias da Arquidiocese de Natal

Quadro 01 – Caracterização dos Setores

Quadro 02 – Pastorais Sociais da Arquidiocese de Natal

Quadro 03 – Princípios de Contabilidade

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 01 – Quantidade de paróquias pertencentes ao Rio Grande do Norte

Tabela 02 – Forma como a escrituração contábil deve ser executada

Tabela 03 – Estrutura mínima da escrituração contábil

Tabela 04 – Uniformização na nomenclatura das Receitas

Tabela 05 – Uniformização na nomenclatura das Despesas

Tabela 06 – Método de preenchimento manual dos registros contábeis

Tabela 07 – Utilização da nomenclatura "cheques emitidos" como entrada em caixa

Tabela 08 – Utilização de nomes comerciais ou de pessoas físicas para determinar despesas

Tabela 09 – Utilização de níveis de desdobramento para a identificação das despesas

Tabela 10 – Presença do saldo anterior nas prestações de contas

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

|       |  |
|-------|--|
| AIF   | Autoridade de Informação Financeira                  |
| BNDES | Banco Nacional de Desenvolvimento                    |
| CAEP  | Conselho para Assuntos Econômicos não está alinhado  |
| CFC   | Conselho Federal de Contabilidade                    |
| CNPJ  | Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas idem          |
| CPC   | Comitê de Pronunciamentos Contábeis                  |
| CPP   | Conselho Paroquial de Pastoral                       |
| ESFL  | Entidades Sem Fins Lucrativos idem                   |
| IBGE  | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística idem |
| ITG   | Interpretação Técnica Geral                          |

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO.....   | 12        |
| 2 TERCEIRO SETOR: conceitos e aspectos da escrituração contábil.....                                      | 24        |
| 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....   | 40        |
| 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS .....  | 43        |
| <b>4.1 Conformidade com a Resolução CFC nº 1.330/11 – ITG 2000 (R1) – Escrituração contábil.....</b>      | <b>43</b> |
| <b>4.2 Uniformidade na utilização da nomenclatura adotada no plano de contas da matriz Diocesana.....</b> | <b>46</b> |
| <b>4.3 Características das variáveis analisadas .....</b>   | <b>47</b> |
| 5 CONCLUSÃO.....  | 51        |
| REFERÊNCIAS .....   | 54        |
| APÊNDICE .....  | 62        |
| ANEXO .....   | 65        |

## 1 INTRODUÇÃO

De acordo com texto da Constituição da República Federativa do Brasil, no seu art. 6º, é dever do Estado prover a população de direitos e garantias consideradas fundamentais. A Carta Magna brasileira, visando melhores condições de vida ao cidadão, institui a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados como direitos sociais que devem ser proporcionados pelo Estado.

Entretanto, o Estado brasileiro não vem conseguindo atender plenamente suas demandas sociais e, nesse sentido, o Terceiro Setor brasileiro vem se expandindo, procurando preencher as lacunas existentes na promoção do bem-estar social. Essa ineficiência desperta na sociedade a busca por soluções privadas para problemas públicos (LEGLER; CRUZ; JACOBSEN, 2010).

Essa visão da falta de alcance do poder estatal em suprir a sociedade de suas necessidades básicas é ratificada pelos autores Coan e Megier (2010) ao afirmarem que, em vista da dificuldade apresentada pelo Estado em promover as demandas sociais, o Terceiro Setor foi impulsionado a buscar soluções que visassem à redução das desigualdades econômicas e sociais, fazendo com que esse setor passasse a ter destaque no cenário brasileiro. Ou seja, num país onde há uma grande carência de assistência e de respeito à dignidade aos entes que compõem a sociedade, as instituições do Terceiro Setor têm demonstrado suma importância no sentido de minimizar as lacunas deixadas pelo Estado (OLIVEIRA E ROMÃO, 2006).

Segundo Coan e Megier (2010), as atividades que as entidades sem fins lucrativos desempenham são relevantes no cenário brasileiro visto que essas entidades trabalham na redução das desigualdades econômicas e sociais. Estão inseridas nesse contexto de atividades de cunho assistencial as promovidas pela igreja católica, a qual, com suas ações de caridade e amor ao próximo, marcou o início do Terceiro Setor brasileiro.

Olak, Slomski e Alves (2008) citam como principais causas que explicam o notório crescimento do Terceiro Setor: a crise do setor público, que resultou numa redução dos recursos destinados às áreas sociais; uma maior motivação e, conseqüentemente, um crescimento do trabalho voluntário; o crescimento da violência; e uma nova visão empresarial, que enxerga na política de cidadania um atrativo para suas organizações.

O crescimento de atuação das Entidades Sem Fins Lucrativos ressalta a necessidade de que essas entidades demonstrem, através das informações contábeis, clareza e precisão de

seus resultados fazendo com que tenham uma imagem positiva na sociedade. Entretanto, a ausência da apresentação dessas informações tornará a entidade alvo da não credibilidade perante o público (LIMA; CAMPOS, 2003). A contabilidade, com o atributo da transparência, contribui para o crescimento e a manutenção das empresas do Terceiro Setor.

As entidades sem fins lucrativos, como empresas, necessitam de uma fonte de recursos que subsidie suas existência e continuidade. Enquanto a principal fonte de receita do Estado é a tributação sobre as atividades das pessoas físicas e jurídicas (ARAÚJO, 2009) e a do segundo setor, caracterizado pelo mercado, é o lucro obtido em suas operações, através da venda de seus produtos e serviços (MARION, 2004), Colombelli, Muraro e Santos (2012) afirmam que, entre as principais fontes de recursos das entidades do Terceiro Setor, estão as contribuições, doações e subvenções do governo. O patrimônio dessas entidades pertence à sociedade, e não a seus membros e, portanto, estas devem se revestir do atributo da transparência.

Com o objetivo de mostrarem-se eticamente e moralmente responsáveis, as Organizações Sem Fins Lucrativos priorizam prestar contas além da exigibilidade legal, estabelecendo, assim, uma posição de espontaneidade e sendo transparentes nos seus processos de divulgação das informações contábeis à comunidade. Assim, fazem uso da evidenciação voluntária, através da prestação de contas, como forma de mostrarem-se eticamente responsáveis com a sociedade (CARNEIRO; OLIVEIRA; TORRES, 2011).

Consoante Marcovitch (2005), o Terceiro Setor, no desempenho de funções de interesse público, deve cultivar a transparência quanto aos seus projetos, resultados obtidos e recursos alocados. Esse setor deve prestar contas de suas atividades como importante instrumento de comunicação com a sociedade. Para tanto, as organizações, através da transparência e da prestação de contas, utilizam-se das informações contábeis a fim de evidenciarem as situações econômica e financeira aos seus usuários. Com o aumento da visibilidade de entidades do Terceiro Setor, emerge, portanto, a necessidade de aprimoramento da informação demonstrada (ROCHAEL, 2009).

A contabilidade tem como um de seus principais objetivos, além do controle e da mensuração do patrimônio de uma entidade, a divulgação de informações relevantes aos seus usuários (LIMA *et al.*, 2012). Essas informações devem, entre outras premissas, ser capazes de representar, de maneira fidedigna, a realidade da entidade. E a contabilidade possui ferramentas que demonstram as origens dos recursos e como eles foram aplicados, facilitando, assim, os aspectos da transparência e da *accountability* (CARNEIRO; OLIVEIRA; TORRES, 2011).

Melo, Santos e Souza (2010) ratificam o exposto ao pronunciar que as entidades do Terceiro Setor podem fazer uso da contabilidade como um importante instrumento de arrecadação de recursos por ser a contabilidade capaz de auxiliar na transparência das atividades exercidas pelas organizações através das demonstrações financeiras, evidenciando a origem dos recursos, como e onde eles foram aplicados. Para Niyama e Tiburcio Silva (2010), o doador de recursos pode, através das informações fornecidas pela contabilidade, avaliar o impacto social de suas aplicações.

Com o auxílio da contabilidade, as organizações do Terceiro Setor podem demonstrar para a sociedade os resultados das atividades desenvolvidas (MARTINS *et al.*, 2011). A importância da contabilidade na gestão das entidades do Terceiro Setor é, de fato, uma realidade que deve ser considerada por essas instituições, visto que, por meio das demonstrações e dos indicadores financeiros, econômicos e sociais, a sociedade tem a possibilidade de acompanhar os resultados das ações desenvolvidas pelas instituições sem fins lucrativos.

As informações produzidas a partir de dados contábeis podem ser um dos principais instrumentos nas relações econômico-sociais. Segundo Souza *et al.* (2012), a importância do dever de prestar contas com responsabilidade pelas organizações sem fins lucrativos é reconhecida como um fator primordial para um melhor resultado dos recursos destinados.

Administrar os recursos advindos da sociedade requer que essas organizações forneçam um *feedback* de sua aplicação, e esse retorno pode ser efetivado pela evidenciação tanto financeira quanto social do recurso investido. A transparência nas prestações de contas contribui para que as entidades passem a ser vistas como instituições confiáveis perante seus doadores, possibilitando um fluxo contínuo das doações de recursos, fato que garante a sustentabilidade das organizações (ASSIS, MELLO E SLOMSKI, 2006).

A prestação de contas apresentada pela organização aos usuários é baseada nas informações advindas da escrituração contábil. Para tanto, os registros contábeis devem ser elaborados de forma segregada e com um nível de detalhamento alinhado às necessidades dos usuários em geral (CRCPR, 2013).

Independentemente do tipo de organização, a prestação de contas tem se apresentado um desafio na disputa de confiabilidade e credibilidade (SANTOS, 2010). Para que essas instituições possam adquirir mais credibilidade perante seus doadores, deverão procurar mostrar-se mais responsáveis com suas prestações de contas, pois, segundo Camargo (2001), a falta de transparência pode afetar a captação de recursos.

O conjunto de fatores que levaram à escolha do tema desta pesquisa engloba a



participação da população católica no cenário brasileiro, a crescente demanda por assuntos referentes à contabilidade e a atuação do Terceiro Setor como ente que contribui na promoção do bem estar da sociedade. Esta dissertação baseia-se na relevância da análise dos registros contábeis de organizações religiosas, priorizando as temáticas sobre escrituração contábil, padronização e prestação de contas das organizações do Terceiro Setor.

Nesse sentido, este trabalho dedica-se a demonstrar a importância da escrituração contábil no processo de prestação de contas das organizações religiosas que se utilizam de informações extraídas do livro auxiliar caixa para evidenciar as movimentações financeiras ocorridas em suas atividades, e a analisar se as prestações de contas apresentadas pelas paróquias arquidiocesanas de Natal são constituídas por informações revestidas de uniformidade nas nomenclaturas adotadas no plano de contas contábil. A uniformidade é uma característica que facilita à comunidade em geral a observação das informações contábeis, visto que a uniformidade na utilização de uma nomenclatura possibilita a comparação de dados e facilita o entendimento das contas apresentadas.

Ao divulgar, em seus demonstrativos, que aplicou determinados recursos em ações sociais, manutenção da paróquia, pagamento de despesas administrativas ou em repasse para a Cúria, uma organização permite transparecer o destino dos recursos obtidos de forma mais específica quando utiliza o plano de contas contábil, uma vez que este é elaborado visando as características de cada entidade. Fazendo um contraposto à uniformidade na apresentação dos resultados, as instituições sem a estrutura ordenada de contas que orienta a escrituração evidenciam seus resultados com um fraco poder analítico. Por exemplo, o registro da aquisição de materiais de limpeza sem a classificação do grupo ou subgrupo de contas em que esse recurso foi aplicado não favorece a análise dos resultados dos recursos investidos pela comunidade.

Os doadores de recursos têm se preocupado com os resultados proporcionados por suas aplicações, desejando saber quais os benefícios gerados, exigindo que essas organizações apresentem uma prestação de contas que evidencie como os recursos foram aplicados (MELO, SANTOS E SOUZA, 2010). Dessa maneira, a preocupação em evidenciar as origens e as aplicações de recursos deve se tornar um propósito dos administradores das organizações do Terceiro Setor.

Não há, entretanto, a obrigatoriedade de divulgar os relatórios contábeis, tampouco os resultados sociais atingidos pelas instituições sem fins lucrativos. Mas há uma necessidade de se prestar contas dos recursos colocados à disposição dessas organizações, inclusive das organizações religiosas, pois esse contexto envolve relações econômicas-sociais entre

doadores e gestores (FRANÇA, 2007). De acordo com Chade (2013), o Papa Francisco vem abrindo um novo cenário dentro da Igreja Católica Apostólica Romana ao instaurar regras de transparência das finanças do Vaticano e ordenar que as contas da Santa Sé fossem analisadas. Segundo o autor, o Sumo Pontífice acredita que a transparência contribuirá para a evidenciação de casos que poderiam prejudicar a imagem da Igreja. Com o objetivo de fomentar a transparência da maior instituição financeira da Igreja Católica, o Instituto para as Obras de Religião (IOR) divulgará anualmente seu balanço para consulta pública.

A Autoridade de Informação Financeira – AIF, órgão fiscalizador interno do Vaticano, fora orientado a incluir a revisão de políticas, procedimentos e registros contábeis em suas supervisões ao Instituto para as Obras de Religião, aos departamentos e às demais instituições católicas. De acordo com informações contidas no site *Thomson Reuters*, no segundo semestre de 2013, desde sua eleição, o papa Francisco estabeleceu como um dos seus principais objetivos a “limpeza” administrativa do Vaticano. Para isso, disse contar com especialistas em assuntos econômicos aplicando os princípios contábeis para melhorar a transparência financeira da instituição católica.

A igreja católica, após os escândalos, iniciou uma fase de transparência de suas atividades financeiras, em que os termos *transparência* e *prestação de contas* têm sido defendidos por representarem um marco nas relações da igreja católica com o mundo. A abertura de análise e debates do tema em questão e a iniciativa por parte da Santa Sé da publicação de relatórios financeiros solidificam a relevância do tema abordado neste estudo.

A transparência na prestação de conta contribui na confiabilidade dos fiéis, tornando-se fundamental para a continuidade da organização. As igrejas católicas devem evidenciar, por meio das prestações de contas, que os objetivos estão sendo cumpridos (FARIA; REGO, 2014). Nesse contexto, Caldas Neto (2007) afirma que a escrituração contábil das receitas e despesas deve ser considerada um instrumento imprescindível na transparência do desempenho auferido nas atividades das organizações.

Sendo a paróquia uma empresa como qualquer outra, embora sem fins lucrativos, a contabilidade paroquial deverá manter a escrituração contábil das receitas e despesas de forma analítica, ou seja, com lançamentos detalhados, pormenorizados e de acordo com o plano de contas da sua Diocese (PEREIRA, 2008). Segundo Padoveze (2009), o Plano de Contas constitui-se uma técnica contábil que apresenta as contas de maneira ordenada, lógica e estruturada com o objetivo de melhorar a compreensibilidade do patrimônio da entidade e ser subsídio para a sistematização do trabalho contábil.

Uma das bases que fundamentam a realização deste estudo é a participação dos

católicos no contexto nacional. Resultados do Censo 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, apontam que, apesar do crescimento da diversidade dos grupos religiosos no Brasil e da redução proporcional de católicos nos últimos anos, a população católica apresenta-se bastante expressiva no cenário brasileiro.

No primeiro Censo, realizado em 1872, o perfil religioso brasileiro apontava um percentual de 99,7% de católicos, e, no último levantamento, em 2010, apesar de decrescente, a participação de fiéis católicos ainda apresentava-se predominante na sociedade brasileira, sendo representada por 64,6% da população nacional. E, de acordo com Olivon (2013), o número de seguidores da Igreja Católica no mundo passou de cerca de 291 milhões em 1910 para 1,1 bilhão em 2010, sendo o Brasil o país com a maior população católica mundial, representando 11,7% da população católica mundial.

A história da participação das paróquias da Arquidiocese de Natal no cenário brasileiro teve origem antes da Proclamação da República, em 1889, e da separação da Igreja e do Estado, quando o Brasil contava apenas com 12 Dioceses. O Papa Leão XIII, procurando intensificar a presença da Igreja Católica no Brasil, estabeleceu uma divisão dessas dioceses em duas Províncias Eclesiásticas: a do Brasil-Norte, com sede em Salvador, e a do Brasil-Sul, com sede no Rio de Janeiro, e criou mais quatro novas Dioceses, entre elas a Diocese da Paraíba, da qual o Rio Grande do Norte passava a fazer parte.

Segundo Silva Filho (2014), após algumas constatações, percebeu-se que a igreja no Rio Grande do Norte já tinha maturidade para tornar-se uma Igreja Particular, independente da Igreja da Paraíba, pois o estado contava com 31 paróquias, a maior parte provida com padres norte-rio-grandenses. Então, em 29 de dezembro de 1909, foi criada a Diocese de Natal.

Faz-se necessário, neste ponto do trabalho, esclarecer o funcionamento da Diocese e de suas paróquias, a fim de que se entenda a estrutura administrativa das igrejas católicas e sua hierarquia. Infelizmente não tenho mais como fazer isso...

As Paróquias são comunidades que estão sob a administração de sua Diocese e dentro de seu limite territorial, frequentemente situadas em comunidades onde todos os católicos devem sustentar a sua Igreja paroquial local, e sua modificação compete exclusivamente ao Bispo diocesano. De acordo com o Código de Direito Canônico (cân. 515 § 1), a paróquia é uma determinada comunidade de fiéis, constituída estavelmente na Igreja particular, e seu cuidado pastoral é confiado ao pároco como seu pastor próprio sob a autoridade do Bispo Diocesano. Neste estudo, não será vista a unidade eclesial paroquiana apenas como uma sede

espiritual e de caridade, mas principalmente como uma empresa constituída e representada através de sua inscrição do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

Ainda de acordo com o historiador e seminarista Silva Filho (2014), devido ao período de forte crescimento demográfico e pastoral no Rio Grande do Norte, os aumentos da extensão territorial da Diocese e do número de fiéis levaram à criação de duas Dioceses no interior do estado, a primeira na cidade de Mossoró (1934), na região oeste, e outra na de Caicó (1939), no sertão do Seridó Potiguar, e da Província Eclesiástica de Natal, elevando a Igreja de Natal ao grau de Arquidiocese.

O prefixo *arqui* é de origem grega – *arkhi* – e significa “superioridade hierárquica, principal, inicial, primeiro, que vem à frente”. Então, por ter sido a primeira a ser criada no estado do Rio Grande do Norte, e por ter sido seguida de outras dioceses, a Diocese de Natal foi elevada ao título de Arquidiocese do estado.

Atualmente, a Arquidiocese de Natal abrange um território com uma população de aproximadamente 2.130.000 habitantes e é formada por 96 paróquias distribuídas em 13 zonais, ou seja, 13 regiões delimitadas. A Figura 02 retrata a distribuição geográfica em que as paróquias metropolitanas encontram-se dispostas, obedecendo a divisão por Região Pastoral e Zonais às quais pertencem. A Região Pastoral Urbana é formada pelas Zonais I, II, III, IV, XI e XII e abrange uma população de 1.148.012 habitantes; a Região Pastoral Norte é constituída pelas Zonais V, VI e VII e por 384.413 habitantes; e a Região Pastoral Sul contempla as Zonais VIII, IX, X e XIII com 558.137 habitantes. O quantitativo populacional apresentado foi obtido dos resultados do IBGE, de 2010. A composição do corpo paroquial da Arquidiocese de Natal encontra-se detalhado no apêndice deste trabalho.



das organizações sem fins lucrativos de Curitiba, Santos (2010) conclui que a maioria das entidades pesquisadas têm o governo como principal órgão para prestação de contas, seguido da comunidade.

Sobre a forma como essas informações são expostas aos doadores, governos e demais interessados, a pesquisa de Almeida (2007) apontou que as organizações consideram a Transparência (Prestação de contas) como fator muito importante para as organizações conseguirem sobreviver à competitividade e captar mais recursos para seus projetos sociais. O estudo também evidenciou que 100% das organizações possuem escrituração contábil de suas transações.

Em contraponto ao resultado acima, Silveira (2007), ao estudar as Fundações Privadas de Educação e Pesquisa e propor uma análise da conformidade das demonstrações contábeis de entidades de Santa Catarina, apontou um baixo nível de evidenciação nas demonstrações contábeis apresentadas pelas Fundações estudadas. Esse resultado é considerado inadequado, pois os itens avaliados referem-se a um padrão mínimo de evidenciação que deveria ser alcançado por todas as fundações. A divergência entre as duas pesquisas supracitadas, que foram realizadas no mesmo ano, porém com universos diferentes, caracteriza ainda mais a necessidade de análise na uniformidade e nos padrões de prestação de contas por parte da academia em relação às entidades do Terceiro Setor.

Em relação à necessidade e à importância atribuídas à prestação de contas, Carneiro, Oliveira e Torres (2011), ao pesquisarem sobre *accountability* e prestação de contas das organizações do Terceiro Setor com foco na abordagem e na relevância da contabilidade nesses processos, concluem que a importância atribuída à prestação de contas e ao uso da contabilidade no processo se dá apenas por exigência legal, como forma de firmar novos convênios e acordos e para a manutenção dos já existentes com órgãos governamentais. Segundo essa análise, as Organizações do Terceiro Setor não objetivam dar transparência e evidenciação das suas atividades a toda a sociedade e aos doadores privados de recursos.

O mesmo resultado não é encontrado em se tratando de igrejas católicas. Em pesquisa realizada por Faria e Rego (2014), por meio de aplicação de questionários acerca da transparência nas entidades religiosas e da aplicação de fatores que contribuem para a transparência financeira na paróquia Senhor do Bonfim, pode-se inferir que tanto os paroquianos quanto o pároco atribuem grande importância à transparência e à prestação de contas. Ademais, infere-se, também por meio dos resultados dessa pesquisa, que a transparência das finanças é essencial para a continuidade da paróquia, pois o principal ingresso de recursos é originado nas doações dos fiéis, e que esses deixariam de contribuir se

a igreja atuasse sem transparência.

Investigando o nível de evidenciação contábil das organizações do Terceiro Setor, Zittei, Politeo e Scarpin (2013) pesquisam um universo com todas as entidades participantes do projeto de capacitação de *accountability* da ONG Parceiros Voluntários com o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Essa investigação concluiu que o nível médio de evidenciação das entidades participantes do projeto foi de 27%, um índice considerado baixo e que pode denotar a não percepção, por essas entidades, da importância da prestação de contas e da transparência desse setor, conforme visto na teoria sobre o assunto.

Fora do contexto brasileiro, Costa (2011) estudou a *accountability* nas organizações sem fins lucrativos em algumas fundações em Portugal, realizando um estudo comparativo do normativo divulgado para Portugal com os normativos contabilísticos do Terceiro Setor de outros países, de forma a analisar os principais pontos fortes e fracos. O estudo chegou à conclusão de que nenhuma das fundações analisadas atingiu uma conformidade de 100% ao normativo proposto, sendo o nível médio de conformidade apurado de 37%, consubstanciado na conformidade de cerca de 10 em 28 parâmetros considerados para análise.

No que diz respeito ao meio em que é efetuada a *accountability*, Oliveira (2009) procurou observar identificar se os sítios eletrônicos das entidades de Terceiro Setor disponibilizavam prestações de contas, sendo considerada prestação de contas qualquer tipo de relatório que apresentasse dados econômico-financeiros da organização. Esse estudo obteve como resultado que apenas 18,05% dos 205 sítios eletrônicos analisados disponibilizaram algum tipo de prestação de contas financeiras. O resultado desse estudo de nível nacional revela que ainda é insatisfatória a utilização de meios eletrônicos *on-line* para prestação de contas.

Especificamente se tratando de pequenas comunidades Católicas de Florianópolis e a forma com que estas apresentam suas prestações de contas ao Conselho Pastoral da Comunidade, ao Conselho Pastoral Paroquial e à comunidade em geral com regularidade, Soares, Vicente e Lunkes (2010) evidenciam a necessidade de padronização dos procedimentos de registros contábeis com a utilização de um *software* específico para todas as paróquias, melhorando o processo de gestão das entidades. Também abordando a prestação de contas nas igrejas católicas, Stephano e Buesa (2013) concluem que a maior parte das igrejas entrevistadas (75%) presta contas às suas sedes a respeito da sua gestão. A maior parte das entidades zela pela transparência nas informações e possui controle contábil em sua entidade.

Em conformidade com o que fora apresentado neste tópico e por se tratar de um tema inserido num contexto atual, espera-se que este trabalho traga contribuições e provoque

reflexões sobre a prática de escrituração contábil utilizada pelas instituições religiosas, sobre a qualidade das informações apresentadas nas prestações de contas e sobre o desenvolvimento de outras pesquisas científicas.

Para tanto, este estudo busca analisar a estrutura da escrituração dos fatos administrativos, que fazem parte da base das informações geradas pela contabilidade e que são apresentadas como forma de prestação de contas ao departamento de contabilidade da Cúria Diocesana e aos financiadores de recursos das organizações religiosas. Tem-se, então, a seguinte questão de pesquisa: As prestações de contas das paróquias da Arquidiocese de Natal/RN são elaboradas de acordo com a Resolução CFC nº 1.330/11 – Interpretação Técnica Geral - ITG 2000 (R1) – Escrituração contábil – e segundo a nomenclatura utilizada no plano de contas da matriz Diocesana?

Esta pesquisa se limita à análise da escrituração contábil das prestações de contas das instituições religiosas Católicas da Arquidiocese de Natal/RN, com base nos procedimentos utilizados nos demonstrativos financeiros de caixa apresentados à comunidade e à Igreja Matriz.

Por conseguinte, esta dissertação, que aborda a temática relacionada ao Terceiro Setor, tem como objetivo principal analisar se as prestações de contas das paróquias da Arquidiocese de Natal/RN são elaboradas de acordo com a Resolução CFC nº 1.330/11 – Interpretação Técnica Geral - ITG 2000 (R1) – Escrituração contábil – e segundo a nomenclatura utilizada no plano de contas da matriz Diocesana.

Este trabalho busca dar destaque à base que alicerça esse tema, de potencial relevância no contexto acadêmico, organizacional e social. Ou seja, neste estudo, será analisada a escrituração contábil, especificadamente, das entidades sem fins lucrativos.

O estudo será realizado analisando-se os demonstrativos financeiros de caixa que são elaborados pela administração paroquial como forma de escrituração contábil auxiliar para subsidiar a contabilidade centralizada na Arquidiocese como também para servir de demonstrativo de prestação de contas com a comunidade.

Para que o objetivo geral deste estudo seja alcançado, tem-se os seguintes objetivos específicos:

- Apresentar a escrituração contábil realizada pelas paróquias da Arquidiocese de Natal;
- Verificar se os componentes dos registros contábeis presentes nas prestações de contas estão em conformidade com a ITG 2000 (R1) – Escrituração contábil;
- Verificar a uniformidade de utilização, pelas paróquias, das nomenclaturas existentes no plano de contas da contabilidade da matriz;



- Verificar a evolução da escrituração contábil realizada pelas paróquias estudadas.

## **2 TERCEIRO SETOR: conceitos e aspectos da escrituração contábil**

As instituições sem fins lucrativos surgiram para promover esses direitos sociais em conjunto com o Estado, por este não conseguir cumprir sua função social (OLIVEIRA e ROMÃO, 2006). Tais entidades atuam no sentido de oferecer à sociedade uma transformação social que o Estado não oferece, tentando diminuir as diferenças sociais e procurando ir ao encontro de seus beneficiários para satisfazer seus direitos sociais.

O Terceiro Setor é um conjunto de organizações e iniciativas privadas que visam à produção de bens e serviços públicos. Organizações sem fins lucrativos, como o nome já sugere, não visam à obtenção de lucros e, sim, à satisfação das necessidades de interesse coletivo, não havendo um acúmulo de renda para uma parte da sociedade (FERNANDES, 1994).

Caracterizar apenas como instituições “sem fins lucrativos” as instituições que fazem muito mais que cuidar de necessidades específicas e suplementar programas governamentais expressa apenas o que essas instituições não apresentam (fins lucrativos). Dessa forma, a nomenclatura deixa de transparecer o fato de que elas são vitais para a sociedade e existem para fazer diferença no meio social e na vida dos indivíduos. As instituições sem fins lucrativos são agentes que provocam mudanças sociais: seu “produto” é um paciente curado, uma criança que aprende, um jovem que se transforma em um adulto com respeito próprio, isto é, toda uma vida transformada (DRUCKER, 2001).

Segundo Araújo (2009), o primeiro, o segundo e o terceiro setores brasileiros fazem movimentar a economia e trabalham na evolução da sociedade. O Primeiro Setor, representado pelo Estado, o Segundo Setor, representado pelas empresas privadas, e, para completar a tríade setorial, tem-se o Terceiro Setor, cuja existência é incontestável, mas que ainda não possui consenso de suas classificação e definição por parte de alguns estudiosos.

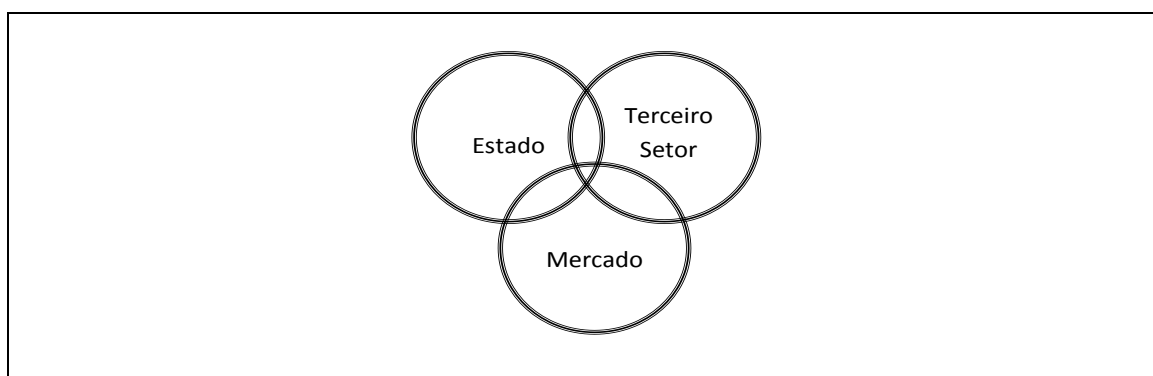
O Primeiro Setor, que compreende as organizações governamentais, é constituído de órgãos da administração direta (federal, estadual e municipal); órgãos da administração indireta; empresas públicas; sociedades mistas; autarquias; fundações públicas; e estatais afins (TACHIZAWA, 2007). Segundo o autor, essa pluralidade de estrutura tem como característica comum serem originadas da mesma fonte, o Estado, que tem por atividades fins a saúde, a segurança, o saneamento básico, a educação, o transporte, entre outras.

Para Tenório (1998), o Primeiro Setor, ou setor público, representa o conjunto de organizações e propriedades pertencentes ao Estado, já o Segundo Setor, ou setor privado, o conjunto das empresas particulares pertencentes a pessoas físicas ou jurídicas e fora do

controle do Estado. Para Olak e Nascimento (2010), o Terceiro Setor não participa nem do Estado (Primeiro Setor) nem do mercado (Segundo Setor).

Para Oliveira e Romão (2006), o Terceiro Setor é uma junção do primeiro e do segundo setores, composto por organizações que visam benefícios coletivos, embora não façam parte do governo. Moraes *et al.* (2014), do Instituto Pro Bono, acreditam que os entes que compõem o Terceiro Setor estão situados entre os setores estatal (Primeiro Setor) e empresarial (Segundo Setor).

Figura 01 - A Tríade entre o Estado, o Mercado e o Terceiro Setor



Fonte: Fonseca, 2000.

O Terceiro Setor não participa nem do primeiro e nem do segundo setores e não existe um consenso no que se refere à expressão a ser adotada quando do tratamento para esse tipo de organização, a qual pode ser denominada de Terceiro Setor, Organização Não Governamental, Organização da Sociedade Civil, Organização Sem Fins Lucrativos, Organização Filantrópica, Organização Social, entre outros.

Segundo Starosky Filho, Toledo Filho e Fernandes (2013), para muitos autores, o Terceiro Setor é tão antigo quanto a sociedade civilizada, e a expressão Terceiro Setor, uma tradução do termo *Third Sector*, deriva da terminologia utilizada pelos americanos, por volta dos anos 1970.

Para Falconer (1999), o surgimento do Terceiro Setor não é algo novo. O autor ressalta que se tem, no Brasil, o exemplo da atuação das Santas Casas de Misericórdia que, por meio da Igreja Católica, colaboraram para a formação desse setor em nível nacional. Ramos (2003) acrescenta afirmando que o Terceiro Setor brasileiro foi construído com o avanço das entidades vinculadas às igrejas numa tentativa de contribuir para o resgate da cidadania dos grupos desfavorecidos e a organização das comunidades.

A participação da Igreja Católica na origem do Terceiro Setor brasileiro também é

reconhecida pelos autores Ebsen e Laffin (2004). Para esses autores, as atuais entidades do Terceiro Setor são dotadas de uma configuração que advém de crenças e valores das instituições religiosas, de suas ações assistenciais nas confrarias, ordens e irmandades.

Quadro 01 – Caracterização dos Setores

| Setor          | Características   |
|----------------|---|
| Primeiro Setor | Situado no Primeiro Setor está o Estado, que, por meio de seus órgãos e entidades, exerce suas múltiplas atividades, quais sejam, política, administrativa, econômica e financeira, com o objetivo de cumprir suas finalidades básicas. |
| Segundo Setor  | No Segundo Setor, situam-se as empresas privadas, que exercem suas atividades com o fim de obter lucro a ser distribuído aos investidores como remuneração pelo capital aplicado.   |
| Terceiro Setor | O Terceiro Setor abrange as organizações que fazem contraposto ao capital, que não distribuem seu patrimônio aos associados, que agem independentemente do Estado e de forma autônoma em relação a este.                                |

Fonte: Adaptado de Araújo (2009).

Ioschpe (2005) cita quatro razões que agrupam essas entidades sob uma mesma denominação: a) elas devem fazer contraponto às ações do governo, como as ações de educação, saúde, cultura e outras; b) devem fazer contraponto às ações do mercado, que também tem participação em atividades típicas do Estado, mas que não consegue atender à demanda; c) devem representar um sentido maior aos elementos que o compõem, ou seja, devem estimular entidades privadas a também fazer filantropia; e d) devem projetar uma visão integradora da vida pública, fazendo com que a tríade Mercado, Estado e Terceiro Setor se relacionem para atender as suas necessidades.

A denominação Entidades Sem Fins Lucrativos remete à falsa ideia de que essas entidades não possam obter resultados positivos com suas ações. Porém, deve-se compreender que, assim como em qualquer empresa, o superávit é indispensável para a sua sobrevivência (CARNEIRO; OLIVEIRA; TORRES, 2011).

Fernandes (1994) acredita que a expressão *Terceiro Setor*, dentre as utilizadas, é a que obtém maior aceitação para designar o conjunto de iniciativas sociais voltadas à produção de bens públicos. Entretanto, Olak e Nascimento (2010) ressaltam que, no Brasil, por força da legislação, o termo vigente é ‘*entidades sem fins lucrativos*’, definindo-as como instituições privadas com propósitos específicos de provocar mudanças sociais, cujo capital próprio não pertence aos seus membros ou mantenedores e é formado por contribuições, doações e subvenções.

No Relato Setorial Nº 3, do Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES – (2001), tem-se que, até o início do século XIX, a associação entre Estado e Igreja Católica, que objetivava o atendimento e a assistência das questões sociais, predominava como entidade

sem fins lucrativos na sociedade brasileira. A Igreja Católica, com o suporte do Estado, por entender que a caridade é uma atividade indissociável da prática religiosa, era responsável pela maior parte das entidades que prestavam algum tipo de assistência às comunidades carentes, as quais ficavam às margens das políticas sociais básicas (saúde e educação, fundamentalmente). Só a partir do final do século XIX e início do século XX, pode-se perceber a ativa participação, na sociedade brasileira, de outras entidades sem fins lucrativos, que deixaram de ser fundamentalmente orientadas por princípios de caridade cristã. As pastorais da Igreja Católica são precursoras das Organizações Não Governamentais, assistindo segmentos da população carente nos mais diversos aspectos da necessidade humana (OLIVEIRA, 2009).

A entidade sem finalidade de lucros pode exercer atividades, tais como as de assistência social, saúde, educação, além das técnico-científica, esportiva, *religiosa (grifo do autor)*, política, cultural, beneficente, social e outras, administrando pessoas, coisas, fatos e interesses coexistentes, e coordenada em torno de um patrimônio com finalidade comum ou comunitária (RESOLUÇÃO CFC N.º 1.409/12).

A análise dos resultados do estudo “As Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos no Brasil – 2010”, publicada pelo IBGE em 2012, observou que, em 2010, existiam oficialmente, no Brasil, 290,7 mil Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos – FASFIL. Dessas entidades brasileiras sem fins lucrativos, 82.853 pertencem ao grupo Religião, o equivalente a 28,5% do universo pesquisado.

Antes da Lei N° 10.825/03, que alterou o Código Civil, as Organizações Religiosas eram enquadradas como associações. Atualmente, essas instituições gozam de classificação específica, definida no art. 1º dessa Lei, que altera a redação do Código Civil e estabelece as organizações religiosas e os partidos políticos como pessoas jurídicas de direito privado. Diante disso, passa a vigorar a nova redação do Código Civil, que determina, no seu art. 44, as pessoas jurídicas de direito privado como sendo:

- I - as associações;
- II - as sociedades;
- III - as fundações.
- IV - as organizações religiosas;
- V - os partidos políticos;
- VI - as empresas individuais de responsabilidade limitada.

O Decreto N° 7.107/2010 reafirma a personalidade jurídica da Igreja Católica e de todas as Instituições Eclesiásticas que possuem tal personalidade. Em conformidade com o

Direito Canônico, a personalidade jurídica das Instituições Eclesiásticas será reconhecida mediante a inscrição no respectivo registro do ato de criação, nos termos da legislação brasileira, vedado ao poder público negar-lhes reconhecimento ou registro do ato de criação.

O Estado brasileiro ressalta a importância da Igreja Católica na construção de uma sociedade mais justa, pacífica e fraterna e da sua responsabilidade no serviço do bem estar social realizado por meio de suas ações religiosas, assistenciais e de solidariedade social (DECRETO Nº 7.107/2010). A ação social, além de estar vinculada à caridade cristã também se faz presente nas normas estabelecidas pelo Conselho para Assuntos Econômicos. O CAEP estabelece que, dos rendimentos paroquiais, seja destinada uma parte para o atendimento aos pobres e para a manutenção das obras de piedade e caridade cristã.

As instituições religiosas católicas realizam suas atividades de cunho social através das pastorais sociais, com “ações concretas no campo social, enfrentando as situações em que a vida encontra-se ameaçada pela falta de solidariedade, em que a dignidade é negada, as competências públicas não atuam” [...] (CNBB, 2008; 30). Dessa forma, assiste a segmentos da população carente nos mais diversos aspectos da necessidade humana.

As Pastorais Sociais representam significativa participação na construção de uma sociedade justa e solidária. Segundo interpretação da Comissão Episcopal Pastoral para o Serviço da Caridade da Justiça e da Paz (2012; 03), a pastoral social:

- É a solicitude da Igreja para com as questões sociais;
- É a presença solidária da Igreja junto às pessoas e situações onde a dignidade e a vida são negadas ou ameaçadas;
- É a sensibilidade para com as pessoas mais sofridas e abandonadas.

O trabalho nas pastorais tem por objetivo acolher e acompanhar as pessoas atingidas por doenças, miséria, preconceito, exploração, dominação e violência. As ações assistenciais da Igreja Católica são realizadas através das pastorais sociais, que visaram, quando da sua criação, nos anos 1970, suprir a insuficiência das mediações de trabalho social na Igreja Católica e dos novos problemas que atingiam amplos setores da sociedade brasileira.

A partir dos sofrimentos dos pobres e excluídos, as Pastorais Sociais denunciam os imensos déficits sociais que afligem o povo, que sofre em situações de desigualdade escandalosas num país que não é pobre, mas que é um dos mais injustos do mundo. Como aceitar, num país rico, índices tão elevados de pessoas passando fome, sem saúde, sem casa, sem terra, desempregadas, enquanto a riqueza e o poder estão sempre mais concentrados nas mãos de uma minoria de privilegiados? Como suportar situações de tamanha violência e injustiça contra crianças, jovens, mulheres, negros/as, idosos/as, em que a maioria do povo não tem acesso aos direitos sociais básicos? (CNBB, 2008; 82-83).

Com essa visão de auxílio aos necessitados, a Arquidiocese de Natal desempenha sua função social por meio das pastorais: Carcerária, da Criança, da Juventude do Meio Popular, da Pessoa Idosa, da Sobriedade, do Menor e Familiar.

Quadro 02 - Pastorais Sociais da Arquidiocese de Natal

| <b>Pastoral</b>                              | <b>Objetivo</b>  |
|--|--|
| <b>Pastoral Carcerária</b>                   | Levar o Evangelho de Jesus Cristo às pessoas privadas de liberdade e zelar para que os direitos humanos e a dignidade humana sejam garantidos no sistema prisional.  |
| <b>Pastoral da Criança</b>                   | Promover o desenvolvimento integral das crianças pobres, da concepção aos seis anos de idade, em seu contexto familiar e comunitário, a partir de ações preventivas de saúde, nutrição, educação e cidadania, orientar e acompanhar as famílias vizinhas para que elas se tornem protagonistas de sua própria transformação pessoal e social.  |
| <b>Pastoral da Juventude do Meio Popular</b> | Levar os jovens a assumirem sua classe, despertando, assim, para o engajamento nos organismos de transformação da sociedade, visando o Reino de Deus, e dar acompanhamento aos jovens engajados. Favorecer seu engajamento nos mecanismos de transformação da sociedade, a partir do seu meio (bairros, nas escolas, nos locais de trabalho).  |
| <b>Pastoral da Pessoa Idosa</b>              | Assegurar a dignidade e a valorização integral das pessoas idosas, através da promoção humana e espiritual, respeitando seus direitos, num processo educativo de formação continuada destas, de suas famílias e de suas comunidades, para que as famílias e as comunidades possam conviver respeitosamente com as pessoas idosas, protagonistas de sua autorrealização (Estatuto da Pastoral da Pessoa Idosa).                 |
| <b>Pastoral da Sobriedade</b>                | Prevenir e recuperar, aqueles em situação de dependência química e outras dependências, a partir da vivência dos “12 Passos da Pastoral da Sobriedade”.  |
| <b>Pastoral do Menor</b>                     | Promoção e defesa da vida da criança e do adolescente empobrecidos e em situação de risco, desrespeitados em seus direitos fundamentais. Estimular o processo que visa à sensibilização, à conscientização crítica, à organização e à mobilização da sociedade como um todo, na busca de uma resposta transformadora, global, unitária e integrada à situação da criança e do adolescente empobrecidos e em situação de risco. |
| <b>Pastoral Familiar</b>                     | Evangelizar a família para que, educada no amor, possa cumprir os seus deveres gerais: a formação de uma comunidade de pessoas; o serviço à vida; a participação no desenvolvimento da sociedade; e a participação na vida e na missão da Igreja e, em casos Especiais, acompanhar as famílias em situações de conflito, irregulares e específicas.  |

Fonte: Arquidiocese de Natal (2015); CNBB (2008).

A contabilidade nasceu da necessidade de controle das operações da entidade, e seu objetivo de fornecer informações estava focado no provimento de informações que servissem aos proprietários (PADOVEZE, 2009; PEREZ JUNIOR; BEGALLI, 2002). O objetivo da contabilidade não se resume à geração de informações a um grupo específico de usuários, mas à produção de informações úteis a diversos interessados. Segundo a estrutura conceitual do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, as demonstrações contábeis objetivam fornecer informações que sejam úteis na tomada de decisões econômicas e avaliações por parte dos usuários em geral, não tendo o propósito de atender finalidade ou necessidade específica de determinados grupos de usuários.

De acordo com Santos (1999) *apud* Araújo (2009), a contabilidade não deve ser utilizada em proveito exclusivo de um número reduzido de usuários, como acontecia há cinco décadas. As informações adquiridas pelo uso da contabilidade ganharam maior relevância no

cenário econômico, deixando de ser utilizadas apenas para fins fiscais, de crédito e acionário. E, nesse contexto, as informações ora produzidas pelas organizações do Terceiro Setor têm o doador como um de seus mais importantes usuários.

Para Padoveze (2009), informação é o dado (registro puro) processado de forma a ser entendido pelo receptor (usuário), devendo ela ser objetiva (sem viés), verificável, relevante e tempestiva. Ainda segundo esse autor, a base de qualquer sistema de informação contábil é formada pela escrituração e pelo lançamento contábil.

Corroborando a relevância da informação contábil, Perez Junior e Begalli (2002; 15) preconizam que “A contabilidade deve ser vista como um sistema de informações, cujo método de trabalho consiste, simplificada, em coletar, processar e transmitir dados sobre a situação econômico-financeira de uma entidade em determinado momento [...]”. Esse pensamento remete claramente à definição utilizada por Iudícibus *et al.* (2010; 21):

A contabilidade, na qualidade de ciência aplicada, com metodologia especialmente concebida para captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as situações patrimoniais, financeiras e econômicas de qualquer ente, seja este pessoa física, entidade de finalidades não lucrativas, empresas, seja mesmo pessoa de direito privado público [...].

Araújo (2014) destaca a importância da contabilidade do Terceiro Setor quando se refere ao papel dos profissionais contábeis na prestação das melhores e mais completas informações sobre as receitas e os gastos aplicados nas atividades de interesse público. As organizações do Terceiro Setor, por meio das ações de transparência, reporta mais confiança aos seus doadores (BERNARDO, 2010).

As entidades do Terceiro Setor devem utilizar a contabilidade no processo de prestação de contas, pois ela fornece informações necessárias para que os investidores sociais possam ter conhecimento a respeito do montante de recursos recebidos pelas entidades, da destinação desses recursos e dos resultados alcançados (ASSIS; MELLO; SLOMSKI, 2006).

Para Viana e Lopes (2013), a falta de conhecimento das práticas e normas contábeis pode ocasionar problemas fiscais, paralisação de obras, afastamento de doadores e falha nos objetivos traçados pela entidade. A contabilidade, por meio de seus demonstrativos, representa um papel fundamental nas entidades sem fins lucrativos. Ela é responsável por levar a transparência aos provedores de recursos e também aos receptores dos resultados (MÁRIO, 2013).

A contabilidade das paróquias pertencentes à Arquidiocese de Natal é realizada de forma centralizada, ou seja, o departamento contábil da Cúria Metropolitana concentra em seu



poder as práticas contábeis de todas as suas filiais. Entretanto, os responsáveis financeiros das paróquias são instruídos a respeito dos procedimentos a serem adotados para um correto registro das entradas e saídas, a guarda de documentos e o controle da atividade, a fim de que, ao final de cada mês, seja elaborada uma prestação de contas da movimentação financeira paroquial.

A contabilidade centralizada compreende o movimento contábil da SEDE da Diocese e de todas as PARÓQUIAS (matriz e suas capelas), que farão seu movimento de caixa e de toda a documentação de bancos (avisos de débitos e créditos, extratos de c/c, poupanças, aplicações, etc.), devendo entregá-los, mensalmente, à Mitra Diocesana para o devido processamento e emissão do livro diário, conforme determina a legislação do Imposto de Renda (CNBB, 2010; 125).

O Conselho Paroquial de Pastoral (CPP) e o Conselho para Assuntos Econômicos (CAEP - órgão consultivo e de constituição obrigatória) podem ser considerados os dois pilares na organização paroquial, sendo imprescindíveis para sua administração e para o gerenciamento dos bens simbólicos (espirituais) e materiais (dinheiro, patrimônio, documentos etc.) da igreja como empresa.

O CAEP instituiu uma norma que torna obrigatório o envio à Cúria do balancete mensal de entradas e saídas, ou seja, das receitas e despesas, devendo o pároco exercer o gerenciamento e a administração paroquial de acordo com as leis civis e eclesiais, conforme orientações da Diocese. O administrador paroquial deve, de acordo com o prescrito no Código de Direito Canônico (cân. 1284), observar tanto este código norteador da Igreja Católica quanto o Código Civil. O Código de Direito Canônico ressalta, inclusive, a importância de se precaver dos danos que possam vir a ocorrer pela inobservância das leis civis.

Remetendo-se à legislação vigente, Soares (2008; 08) afirma que “A Igreja deve manter um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, através de processo manual, mecanizado ou eletrônico”. O método de escrituração manual envolve a utilização de livros com pautas, que favorecem o registro dos fatos contábeis. Por sua vez, o método de escrituração realizada por sistema mecanizado permite que os lançamentos sejam digitados em forma de listagens. E o sistema de escrituração eletrônico é codificado numérica ou alfanumericamente, o que favorece a elaboração de planilhas (ARAÚJO, 2008).

Acredita-se que “os primeiros 'registros contábeis', que poderiam ser considerados como precursores da forma de contabilidade que a utilizamos, datam de mais de 3 mil anos a.C.” (SANTOS, 2003; 13), e que as primeiras normas de escrituração contábil datam de

1494, quando o então frei Lucca Pacciolo, objetivando controlar, organizar, orientar e padronizar os processos administrativos, escreveu a sua *Summa de Arithimetica, Geometria, Proportioni et Proportionalita* e o *Tratactus 11º*, propondo o método de partidas dobradas: “*a cada débito corresponde um crédito ou vice e versa*” (CFC, 2008).

De acordo com Padoveze (2009), a escrituração dos lançamentos representa o cerne da informação contábil, e um bom sistema de informação contábil deve ater-se ao registro, por meio do lançamento. Para o autor, a informação contida no lançamento contábil é muito valiosa, e cada lançamento deve ser feito e lapidado considerando seu valor para a contabilidade, pois seu uso futuro será seguramente real, importante e ampliado.

A manutenção da escrituração contábil regular é obrigatória para todas as entidades, independente da natureza e do porte (CFC, 2011). Somente a escrituração contábil regular, que se constitui de forma sintética no resumo das operações da empresa em determinado momento, dá o necessário respaldo às Demonstrações Contábeis (COSTA, 2004).

A Resolução CFC N.º 1.409/12, que aprova a ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros, estabelece que os registros contábeis devem ser segregados de forma que permitam a apuração das informações para prestação de contas exigidas por entidades governamentais, aportadores, reguladores e usuários em geral. A contabilidade registra as movimentações mensuráveis monetariamente e, em seguida, resume-as para serem apresentadas em forma de relatórios contábeis passíveis de serem analisados por quem desejar conhecer a situação da empresa (MARION, 2009).

Nas capelas e paróquias, são realizados apenas movimentos financeiros. A contabilidade em si é centralizada na sede da Arquidiocese e compreende todos os movimentos das Paróquias, comunidades e da própria Arquidiocese. Esses controles financeiros são evidenciados no relatório, das entradas e saídas de caixa, que é apresentado como prestação de contas à comunidade e entregue ao Departamento de Contabilidade da Arquidiocese para o devido processamento do Livro Diário.

De acordo com o Novo Código Civil, em seu art. 1.184:

No Diário serão lançadas, com individualização, clareza e caracterização do documento respectivo, dia a dia, por escrita direta ou reprodução, todas as operações relativas ao exercício da empresa. § 1º Admite-se a escrituração resumida do Diário, com totais que não excedam o período de trinta dias, relativamente a contas cujas operações sejam numerosas ou realizadas fora da sede do estabelecimento, desde que utilizados livros auxiliares regularmente autenticados, para registro individualizado, e conservados os documentos que permitam a sua perfeita verificação.

A escrituração dos fatos administrativos consoante com as normas contábeis forma a base das informações que contemplam as demonstrações contábeis elaboradas pelas entidades sem fins lucrativos. “A escrituração contábil, além de registrar os fatos e permitir o controle e a tomada de decisões pela administração, também serve de base para elaborar as demonstrações contábeis [...]” (CRC SP, 2013; 17).

Segundo a ITG 2002, as entidades sem fins lucrativos devem elaborar as seguintes demonstrações contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Período, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas.

A emissão do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações obrigatórias é realizada pela contabilidade da Mitra Diocesana após a centralização dos registros das unidades (filiais) da Arquidiocese. Para tanto, o departamento contábil deve acompanhar todo o procedimento de escrituração, orientando o preenchimento e a classificação das contas dos livros auxiliares; verificando e analisando os documentos e saldos apresentados (SBC, 2012).

Segundo Crepaldi (2013), os livros auxiliares ou facultativos são considerados necessários ao bom funcionamento empresarial, embora não sejam obrigatórios (como o nome já sugere). Entretanto, a ITG 2000 (R1) estabelece que, uma vez adotada a escrituração nos livros auxiliares, deverão ser obedecidos os preceitos gerais da escrituração contábil.

O Livro auxiliar de Caixa é destinado ao registro da movimentação das entradas e saídas de dinheiro da empresa, inclusive a movimentação bancária. Trata-se de um livro de movimentação financeira, ou seja, do controle das disponibilidades da empresa (PEREZ JUNIOR; BEGALLI, 2002; SCHNORR *et al.*, 2008), e deve ser obedecida a ordem cronológica para os registros dos recebimentos e pagamentos (PORTAL DE CONTABILIDADE). Esse livro pode ajudar a contabilidade no controle de seu trabalho, pois sua adoção visa racionalizar os serviços da entidade. É um instrumento que tem a função de controlar as entradas e saídas de dinheiro, em espécie e por movimentações bancárias, e no qual os registros devem ser realizados de forma analítica (ARAÚJO, 2008).

A escrituração contábil deve ser realizada com observância aos Princípios de Contabilidade, às Normas Brasileiras de Contabilidade e suas Interpretações e Comunicados Técnicos, editados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. Os Princípios de Contabilidade valem para todos os patrimônios, independentemente das Entidades a que pertencem, as finalidades para quais são usados e a forma jurídica da qual estão revestidos, portanto os profissionais contábeis devem observar, obrigatoriamente, os Princípios de Contabilidade no exercício de suas atividades.

Os Princípios de Contabilidade representam a essência das doutrinas e teorias relativas à Ciência da Contabilidade, consoante o entendimento predominante nos universos científico e profissional de nosso País. Concernem, pois, à Contabilidade no seu sentido mais amplo de ciência social, cujo objeto é o patrimônio das entidades (CFC, 2008; 11).

Os conceitos de cada um dos Princípios de Contabilidade estão apresentados no Quadro 03 a seguir.

Quadro 03 - Princípios de Contabilidade

| <b>Princípios</b>                   | <b>Conceito</b>  |
|-------------------------------------|--|
| <b>Entidade</b>                     | Reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. |
| <b>Continuidade</b>                 | A continuidade ou não da entidade, bem como sua vida definida ou provável, devem ser consideradas quando da classificação e da avaliação das mutações patrimoniais, quantitativas e qualitativas.  |
| <b>Oportunidade</b>                 | Refere-se, simultaneamente, à tempestividade e à integridade do registro do patrimônio e das suas mutações, determinando que este seja feito de imediato e com a extensão correta, independentemente das causas que as originaram.   |
| <b>Registro pelo Valor Original</b> | Os componentes do patrimônio devem ser registrados pelos valores originais das transações com o mundo exterior, expressos a valor presente na moeda do País, que serão mantidos na avaliação das variações patrimoniais posteriores, inclusive quando configurarem agregações ou decomposições no interior da entidade.                                    |
| <b>Atualização Monetária</b>        | Os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis através do ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais.  |
| <b>Competência</b>                  | As receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.   |
| <b>Prudência</b>                    | Determina a adoção do menor valor para os componentes do ativo e do maior para os do passivo, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.  |

Fonte: Princípios e Normas Brasileiras de Contabilidade, CFC (2008).

Em observância aos Princípios de Contabilidade, este estudo pode observar que os padres e outros religiosos que atuam nas atividades paroquiais, ao fazerem jus a uma remuneração, denominada cônica, que visa garantir suas necessidades de alimentação, vestimenta, lazer entre outras, propiciam uma separação dos gastos pessoais do pároco e os gastos da paróquia. Portanto, esse procedimento está de acordo com o princípio da Entidade.

Para Pereira (2008), a contabilidade paroquial deve manter a escrituração contábil das receitas e despesas de forma analítica, ou seja, com lançamentos detalhados, pormenorizados, de acordo com o plano de contas da sua Diocese. Nesse contexto, a ITG 2002, que trata do registro contábil em entidades sem fins lucrativos, ao estabelecer que as receitas e despesas devam ser reconhecidas, mensalmente, está sob a observância dos Princípios da Oportunidade e da Competência.

Para Soares (2008), as receitas das instituições religiosas são entradas de recursos decorrentes de dízimos e ofertas, que aumentam o patrimônio das igrejas. Elas podem ser caracterizadas como ordinárias, aquelas originadas das finalidades da igreja, como por exemplo, os dízimos; e extraordinárias, aquelas provenientes de transações não incluídas nas finalidades da igreja e de acontecimentos eventuais, juros recebidos em investimentos, entre outras.

O Dízimo, na ideologia pastoral, não deveria ser visto como um meio para angariar fundos para a manutenção da igreja, e, sim, como um meio de sustentar a missão evangelizadora, pois a organização religiosa poderá captar recursos para sua manutenção através de outros meios, como por exemplo, a realização de atividades promocionais (*shows*, bailes, jantares etc.) (PEREIRA, 2008).

Já as despesas são gastos necessários ao desenvolvimento das atividades da igreja e são efetivadas pelo consumo de bens ou pela utilização de serviços. As despesas também se classificam como ordinária e extraordinária: a primeira se dá pelo consumo para a execução das atividades normais da igreja e a segunda acontece esporadicamente, por exemplo, quando da ocorrência de multas indenizatórias (SOARES, 2008).

No aspecto contábil, a palavra *conta* representa o nome técnico dos componentes patrimoniais, ou seja, dos bens, direitos, obrigações e patrimônio líquido; e dos elementos de resultado: as receitas e despesas. Cada empresa deve elaborar o seu plano de contas, ou seja, a relação de todas as contas necessárias ao processo de escrituração contábil, obedecendo aos seus interesses e à legislação pertinente (PEREZ JUNIOR e BEGALLI, 2002; RIBEIRO, 2002).

O plano de contas utilizado pelas paróquias deve conter termos que representem as situações dos fatos ocorridos, sendo aconselhável que haja uma unificação da classificação adotada pelas paróquias com a da Mitra Arquidiocesana (SBC, 2012). As filiais devem manter a uniformidade na escrituração contábil de acordo com a utilizada pela matriz. Logo, as paróquias da Arquidiocese de Natal, ao escriturarem suas contas, devem seguir a forma adotada pela contabilidade central para que haja uma consonância nas informações que deverão integrar um único sistema contábil.

Cada conta deve representar seu objetivo principal. Por exemplo, a conta caixa tem como função representar os registros de recebimentos e pagamentos efetuados em espécie, não cabendo, portanto, um registro, nessa conta, de uma operação de compra e venda a prazo, visto que essa operação não envolve dinheiro em espécie (ARAÚJO, 2008).

Os registros dos fatos contábeis devem ser orientados por um plano de contas que

agrupe ordenadamente todas as contas elencadas pela contabilidade da entidade (MARION, 2009). A instituição, de acordo com seu tamanho, atividade, tipo, setor, entre outras variáveis, deve ter seu plano de contas específico, pois não há um modelo único que consiga atender à diversidade de nuances que englobam o registro das contas contábeis.

A ITG 2000 (R1) estabelece critérios e procedimentos que devem ser adotados por todas as entidades, independentemente da natureza e do porte, para a escrituração contábil de seus fatos patrimoniais. Nessa interpretação, não está estabelecido seu nível de detalhamento, entretanto, o relatório deve estar alinhado às necessidades de informação de seus usuários e deve ser diretamente proporcional à complexidade das operações da entidade, desde que seja utilizada uma terminologia que expresse a essência econômica da transação.

Ainda de acordo com ITG 2000 (R1), a escrituração contábil deve ser executada: em idioma e em moeda corrente nacionais; em forma contábil; em ordem cronológica de dia, mês e ano; com ausência de espaços em branco, entrelinhas, borrões, rasuras ou emendas; e com base em documentos de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos contábeis. Deve também conter, no mínimo: data do registro contábil, ou seja, a data em que o fato contábil ocorreu; conta devedora; conta credora; histórico que represente a essência econômica da transação ou o código de histórico padronizado, nesse caso, baseado em tabela auxiliar inclusa em livro próprio; valor do registro contábil; e informação que permita identificar, de forma unívoca, todos os registros que integram um mesmo lançamento contábil.

Segundo Iudícibus (2010; 129), “A evidenciação é um compromisso inalienável da contabilidade com os seus usuários e com os próprios objetivos. Ainda que a forma de evidenciação varie, a essência deve estar alinhada em todos os níveis”.

Para Dantas *et al.* (2005), as informações evidenciadas pela contabilidade que visam auxiliar os tomadores de decisões devem ser úteis para que haja uma adequada interpretação da situação econômico-financeira da entidade.

A prestação de contas também é contemplada na visão eclesial católica, e, segundo o Direito Canônico, os administradores devem prestar contas aos fiéis de suas ofertas à igreja (cân. 1287 § 2). De acordo com Pereira (2008; 164), para um melhor gerenciamento e administração, as paróquias, ao prestarem contas das suas arrecadações, deverão fazê-lo de maneira mais adequada à realidade da comunidade, seja por meio de boletins informativos, de avisos na missa ou em murais na igreja, pois, segundo o autor, “os fiéis que colaboram desejam saber o destino de suas contribuições”.

No processo de comunicação, faz-se necessário que haja uma assimilação da

informação processada, ou seja, o receptor tem que ser capaz de compreender o que se pretendia transmitir. Os usuários só poderão usufruir das informações para eles produzidas se, no momento da emissão, houver uma preocupação com sua habilidade interpretativa e suas necessidades (COELHO, 2012).

Para Araújo (2009), as informações contidas nas prestações de contas das entidades, com ou sem finalidades lucrativas, devem ser compreendidas por seus usuários. Ou seja, o receptor deve ter acesso a uma informação clara e objetiva. Esta deve servir de apoio para uma correta tomada de decisão, sendo confiável ao ponto do usuário aceitá-la com segurança; ser tempestiva à sua utilização, devendo estar disponível ao usuário em tempo hábil para sua finalidade; e ser passível de comparação, ter poder de apresentar a evolução informacional ao longo do tempo, quer seja na própria ou em diversas entidades.

Para Chagas *et al.* (2010), entre as principais necessidades das organizações sem fins lucrativos estão a prestação de contas e a evidenciação das informações contábeis. É através dos meios utilizados pela contabilidade que as entidades reconhecem, mensuram e evidenciam seus recursos, demonstrando aos seus usuários seu desempenho. Ainda segundo esses autores, a contabilidade colabora para o desenvolvimento das instituições sem fins lucrativos por meio da transparência e da *accountability*.

Para Perez Junior e Begalli (2002), as informações geradas pela contabilidade apresentam aos investidores a situação econômica e financeira da entidade, auxiliando-os a decidirem sobre a manutenção, a diminuição, o aumento ou até mesmo a desistência da aplicação de recursos na entidade.

Por meio das informações contábeis, é possível demonstrar as origens dos recursos e como eles foram aplicados, favorecendo a transparência e a prestação de contas (CARNEIRO; OLIVEIRA; TORRES, 2011; 95). E essas informações, para que sejam úteis na tomada de decisão, devem ser objetivas (sem viés), verificáveis, relevantes e tempestivas (a tempo hábil) (PADOVEZE, 2009), além do que complementa o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC (2011): devem ser revestidas das características da compreensibilidade e da comparabilidade.

Na opinião de Cruz (2002), as Entidades Sem Fins Lucrativos (ESFL) devem ser transparentes e divulgar seus resultados mostrando de onde vieram os recursos, como o dinheiro foi aplicado bem como qual o benefício social gerado. Para a autora, as ESFL têm receio de divulgar qualquer tipo de relatório, o que acaba sendo um dos grandes obstáculos para o aumento da captação de recursos, pois deixa o doador desmotivado em fidelizar suas doações por não saber de que maneira seus recursos foram aplicados.

Grande parte dos recursos financeiros das organizações do Terceiro Setor provêm de doações (NIYAMA e TIBURCIO SILVA, 2010; SCHIMITH e CHAGAS, 2009). Assim sendo, os doadores desejam sentir-se seguros de que o que foi investido será utilizado de maneira eficiente e honesta. A prática de evidenciar as aplicações dos recursos leva a um estreitar dos laços de confiabilidade entre a instituição e seus doadores.

De acordo com Olak e Nascimento (2010), a doação é uma transferência realizada por uma pessoa, por vontade própria, de bens ou vantagens para outra pessoa, podendo ser: livre de quaisquer restrições, que permite à organização utilizar os recursos de maneira livre, porém dentro da missão organizacional; restritivas temporárias, em que o doador, dentro de um determinado tempo, faz imposições quanto ao uso do recurso; ou restritiva permanente, aquela que não permite à organização utilizar o recurso de forma livre, isto é, esta deverá seguir determinações restritas do doador. Por serem os recursos das organizações sem fins lucrativos recebidos de maneira voluntária, ou seja, constituídos da boa vontade de seus doadores, os administradores, em contrapartida, devem, de maneira também voluntária, prestar contas da aplicação dos recursos por eles administrados.

Em seu estudo, Klann (2007) evidencia que o nível de divulgação voluntária vem se tornando cada vez mais crescente se comparado com estudos anteriores. Isto corrobora a ideia de que os benefícios oriundos da evidenciação voluntária seja um fator positivo na decisão dessas empresas em divulgar voluntariamente. A contabilidade sofreu adaptações em decorrência de mudanças econômicas e sociais, e hoje não mais se pensa em uma contabilidade que apresente apenas seus relatórios econômico-financeiros, passando a ocupar espaço nas relações sociais.

Para França (2007), há uma necessidade de se prestar contas dos recursos colocados à disposição da organização religiosa pelo fato de esse contexto envolver relações entre doadores e gestores. Os estudos de Assis, Mello e Slomski (2006) concluem que a prestação de contas proporciona uma visão mais transparente da entidade, e, dessa forma, os doadores, ao sentirem mais confiantes em relação à boa imagem da instituição, contribuirão para a sustentabilidade da organização através das doações de recursos.

Segundo Almeida (2007), a efetiva captação de recursos decorre da maneira como as organizações os administram. O processo de transparência, através da prestação de contas, evidencia quais os resultados obtidos da aplicação dos recursos geridos pela organização.

Para Monello (2014:06), prestar contas é o ato da organização demonstrar que:

- cumpriu sua missão;
- fez aquilo a que se propôs;



- aplicou corretamente os recursos;
- comprovou que realizou os encargos os quais estavam sob sua responsabilidade;
- justificou o uso dos recursos obtidos por meio da confrontação de suas receitas e despesas;
- atendeu às exigências morais, legais e contábeis.

As organizações devem garantir um relacionamento transparente, fornecendo informações, regulares e tempestivas, aos interessados nas suas atividades, devendo a comunicação ser feita de maneira clara e substancial (IBGC, 2009).

As opiniões a respeito da transparência financeira aliada à prestação de contas vêm tomando força no cenário cristão. De acordo com o Pe Lombardi (2012), deve haver “Rigor e boa administração, transparência de balanços e procedimentos, respeito pela lei. Em todos os níveis, em todas as partes do mundo e em todos os campos, da caridade, educação, saúde [...]”.

Num contexto moderno, devido à crescente importância das organizações sem fins lucrativos, há um aumento na procura por informações, tanto as financeiras como as não financeiras, da atividade econômica dessas sociedades (COSTA, 2011).

A escrituração, os princípios, a transparência, a submissão às normas, a qualidade nos serviços e a ética profissional são os pilares que constituem a essência contábil. Conforme afirmam Schnorr *et al.* (2008; 28), “[...] quanto mais completos e transparentes forem os registros da contabilidade, mais eficientes serão os diagnósticos, as conclusões, as causas [...]”.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A Metodologia científica tem como função mostrar como andar no “caminho das pedras” da pesquisa, ajudando a refletir e instigar um novo olhar sobre o mundo: um olhar curioso, indagador e criativo (SILVA e MENEZES, 2005). Este estudo assume, em geral, a forma de pesquisa bibliográfica, a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos e de pesquisa documental, através dos relatórios contábeis de prestação de contas das paróquias da Arquidiocese de Natal. O enfoque peculiar dado neste estudo caracteriza-o, quanto ao seu objetivo, como pesquisa exploratória, sendo seu objeto de aplicação as organizações do Terceiro Setor, mais precisamente, as instituições religiosas católicas, sob o enfoque da contabilidade.

Quanto aos objetivos, a forma de pesquisa será descritiva com abordagem quantitativa e qualitativa, tendo como universo as instituições religiosas católicas e como amostra as paróquias da arquidiocese de Natal. Este estudo se limitou às paróquias que formam a Arquidiocese Metropolitana de Natal por estas representarem uma amostra significativa dentro do universo das Igrejas de religião católica do Rio Grande do Norte, 61,94% das paróquias do estado, como também por estarem dentro do limite de acessibilidade para recolhimento dos dados a serem trabalhados na pesquisa. Portanto, a amostra é não probabilística por acessibilidade ou por conveniência. Nesse tipo de amostragem, segundo Gil (2008; 113): “o pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo”.

O estado do Rio Grande do Norte conta atualmente com 155 (cento e cinquenta e cinco) paróquias, assim distribuídas: a Diocese de Caicó é formada por 27 paróquias, divididas em cinco zonais; a de Mossoró por 32 paróquias distribuídas também em cinco zonais; e a Arquidiocese de Natal é formada por 13 zonais que contemplam um total de 96 paróquias, conforme mostra a Tabela 01.

Tabela 01 - Quantidade de paróquias pertencentes ao Rio Grande do Norte

| <b>Diocese</b>   | <b>Absoluto</b> | <b>Percentual</b> |
|--|-----------------|-------------------|
| Diocese Metropolitana de Natal – Arquidiocese de Natal | 96              | 61,94             |
| Diocese de Caicó                                       | 27              | 17,42             |
| Diocese de Mossoró                                     | 32              | 20,64             |
| <b>Total</b>   | <b>155</b>      | <b>100</b>        |

Fonte: Site da Arquidiocese de Natal, 2015

Na busca pelo acesso às informações das organizações religiosas que nortearão os

resultados deste estudo, foi utilizado o *site* da Arquidiocese de Natal (<http://www.arquidiocesedenatal.org.br/>) e realizada visita *in loco* ao departamento de contabilidade da Cúria Metropolitana. Os dados coletados diretamente no departamento de contabilidade, centralizada da Igreja Matriz, são compostos por 174 demonstrativos de prestação de contas, sendo 87 do mês de janeiro de 2013 e 87 do mês de janeiro de 2014.

A técnica utilizada na coleta dos dados é a análise de conteúdo, que, de acordo com Marconi e Lakatos (2003; 222), “permite a descrição sistemática, objetiva e quantitativa do conteúdo da comunicação”.

Este estudo fez uso da estatística descritiva na análise dos dados coletados, que foram organizados e apresentados de forma que possibilite, após a fase da análise, a geração de informações relevantes acerca da pesquisa.

Os dados dos 174 documentos de prestação de contas foram tabulados utilizando-se o *software Excel* e dispostos em tabelas em que as variáveis analisadas seguiam o padrão para o reconhecimento de resultado estabelecido, em que o valor 0 (zero) representa as respostas de caráter negativo, ou seja, em que a variável analisada não foi observada nos demonstrativos de prestação de contas das paróquias, e o valor 1 (um) representa as respostas em que as variáveis foram observadas na análise, portanto as de cunho afirmativo:

**Ou seja:**

**0** = negação da variável analisada

**1** = afirmação da variável analisada

Após a tabulação dos dados, foi calculada a média dos resultados obtidos, através da soma de todos dos valores obtidos como resposta de cada variável analisada, e posterior divisão pelo número de paróquias pertencentes ao estudo, seguindo a fórmula:

$$\bar{X} = \frac{\sum x}{n}$$

**Onde:**

$\Sigma x$  = soma de todos os resultados obtidos

$n$  = número de paróquias pertencentes ao estudo

$\bar{X}$  = média aritmética

A moda estatística também foi evidenciada identificando qual das variáveis foi mais frequente em cada distribuição. Nesse caso, a identificação dessa medida de posição contribuiu para a verificação da resposta obtida na análise dos dados.

Como um dos objetivos específicos deste estudo é analisar o comportamento/evolução da escrituração contábil nas prestações de contas apresentadas pelas paróquias da Arquidiocese de Natal/RN, os resultados das médias e modas das variáveis foram confrontados considerando o espaço de tempo de antes e depois das análises individuais. E esse procedimento se deu pela análise das diferenças entre as médias, que consistiu em comparar os resultados de janeiro de 2013 com os de janeiro de 2014.

O período analisado ficou restrito aos anos de 2013 e 2014 devido à dificuldade de acesso aos demonstrativos de prestação de contas. A extensão geográfica da localização das entidades estudadas e o tempo de execução da pesquisa não possibilitaram a ida a cada uma das paróquias pertencentes à Arquidiocese de Natal para a obtenção dos referidos demonstrativos. Assim, a sede da contabilidade central, onde é feito o arquivamento dos documentos, colocou à disposição as prestações de contas dos anos analisados.

Diante dos resultados obtidos através da análise das médias e da identificação das diferenças entre estas, ficou evidente ser desnecessária a realização de um teste de diferença entre as médias, visto que os resultados colhidos mostram, de maneira clara e precisa, que não há entre as estas qualquer diferença significativa. Os dados foram assim tratados a fim de facilitar a análise dos resultados.

Após os cálculos estatísticos, serão expostos os dados coletados e apresentadas as conclusões plausíveis a partir da análise documental e do cruzamento das informações obtidas por meio do estudo.

## 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise foi realizada em três etapas: a primeira, nos demonstrativos do primeiro semestre de 2013; a segunda, nos do primeiro semestre de 2014; e, por último, uma análise comparativa dos anos pesquisados. Esta pesquisa tinha como propósito analisar as 96 paróquias pertencentes à Arquidiocese de Natal, entretanto, devido à não obtenção de um ou ambos os documentos de prestação de contas necessários para a análise do estudo de algumas das instituições pertencentes à amostra, houve uma redução de 9,38% do quantitativo amostral. Portanto, a amostra é agora representada por 87 instituições religiosas católicas pertencentes à Arquidiocese de Natal.

Não houve controle sobre as variáveis estudadas. Elas retratam as observações ocorridas em seu ambiente natural, ou seja, os documentos coletados demonstram como são escrituradas as prestações de contas dos livros auxiliares de caixa nas paróquias. Conforme constatado junto ao departamento de contabilidade central, as entidades analisadas elaboram e prestam contas das suas movimentações financeiras mensalmente, à Cúria Metropolitana.

Após a análise das prestações de contas, os resultados serão apresentados neste capítulo dispostos em três partes: conformidade com a Resolução CFC nº 1.330/11 – ITG 2000 (R1) – *Escrituração contábil*; uniformidade na utilização da nomenclatura adotada no plano de contas da Matriz Diocesana, e características da pesquisa que foram observadas durante a análise dos demonstrativos e que explicitam como as paróquias realizam a escrituração dos demonstrativos financeiros.

A primeira parte tem como base teórica, para a realização da análise, os enunciados da ITG 2000 (R1) no que se refere à maneira como a escrituração deve ser executada e ao conteúdo mínimo que deve estar contido nos lançamentos contábeis. A segunda será analisada com base na estrutura do plano de contas elaborado pelo departamento centralizado da Cúria Metropolitana. E a terceira parte apresenta o resultado observado nas variáveis analisadas que, de acordo com o referencial teórico utilizado para fundamentar este estudo, são passíveis de contribuição para a melhoria do processo de adequação às normas contábeis de escrituração dos lançamentos e de uniformidade da nomenclatura do plano de contas da matriz.

### **4.1 Conformidade com a Resolução CFC nº 1.330/11 – ITG 2000 (R1) – Escrituração contábil**

A Tabela 02 mostra os dados relativos à “Forma como a escrituração contábil deve ser

executada”.

Tabela 02 – Forma como a escrituração contábil deve ser executada

| <b>Variáveis analisadas</b>   | <b>Ano</b> | <b>Média</b> | <b>Moda</b> |
|---|------------|--------------|-------------|
| Em idioma e em moeda corrente nacionais                                     | 2013       | 1            | 1           |
|   | 2014       | 1            | 1           |
| Em forma contábil   | 2013       | 0,54         | 1           |
|   | 2014       | 0,57         | 1           |
| Em ordem cronológica de dia, mês e ano                                      | 2013       | 0,15         | 0           |
|   | 2014       | 0,18         | 0           |
| Com ausência de espaços em branco, entrelinhas, borrões, rasuras ou emendas | 2013       | 0,60         | 0           |
|   | 2014       | 0,71         | 0           |

Fonte: Dados da pesquisa

Quanto à forma de a escrituração ser executada em idioma e em moeda corrente nacionais, foi observado que 100% dos demonstrativos elaborados pelas paróquias participantes da amostra cumpriam o estabelecido no normativo contábil. Partindo do pressuposto de que os lançamentos contábeis devam ser executados segundo as partidas dobradas que apresentem, no mínimo, uma conta devedora e outra credora correspondente e que lançamentos feitos em tabelas informativas não contemplam essa essência contábil, pode-se inferir, baseado na análise que procurou verificar se a escrituração dos lançamentos é realizada sob a forma contábil, que apenas cerca de 55% das prestações de contas fazem essa correspondência entre os lançamentos a crédito e os a débito. Isto foi constatado pelo fato de algumas das prestações de contas não serem realizadas em livros auxiliares de caixa e, sim, em tabelas informativas de receitas e despesas.

Em mais de 80% das prestações de contas, os lançamentos contábeis não são registrados respeitando-se a ordem cronológica de dia, mês e ano. A variável “ausência de espaços em branco, entrelinhas, borrões, rasuras ou emendas” sofreu um acréscimo de 18,33% de ocorrências no período analisado, o que, diante das informações colhidas, reflete um déficit na forma como a escrituração é realizada. Dos critérios e procedimentos que devem ser adotados pela entidade para a escrituração contábil, o exposto 5 “e” da Resolução CFC n 1.330/11 - *ITG 2000 – Escrituração Contábil*, que trata sobre a forma como a escrituração deva ser executada (“com base em documentos de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos contábeis”), não pode ser observado neste estudo, devido à falta de acesso aos documentos comprobatórios dos lançamentos registrados nas prestações de contas das paróquias.

A Tabela 03 mostra os dados relativos à estrutura mínima da escrituração contábil.

Tabela 03 – Estrutura mínima da escrituração contábil

| <b>Variáveis analisadas</b>  | <b>Ano</b> | <b>Média</b> | <b>Moda</b> |
|--|------------|--------------|-------------|
| Data do registro contábil  | 2013       | 0,22         | 0           |
|  | 2014       | 0,24         | 0           |
| Conta devedora   | 2013       | 0,98         | 1           |
|  | 2014       | 1            | 1           |
| Conta credora  | 2013       | 0,98         | 1           |
|  | 2014       | 1            | 1           |
| Histórico que represente a essência econômica da transação ou o código de histórico padronizado                    | 2013       | 0,40         | 0           |
|  | 2014       | 0,40         | 0           |
| Valor do registro contábil   | 2013       | 1            | 1           |
|  | 2014       | 1            | 1           |
| Informação que permita identificar, de forma unívoca, todos os registros que integram um mesmo lançamento contábil | 2013       | 0,25         | 0           |
|  | 2014       | 0,24         | 0           |

Fonte: Dados da pesquisa

Seguindo o resultado da variável que observou o lançamento dos registros contábeis obedientes à ordem cronológica de dia, mês e ano, esta pesquisa constatou que apenas 23% das instituições religiosas escrituram seus lançamentos contábeis apresentando a data em que estes ocorreram, sendo que, desse total, 78% obedecem ao estabelecido na resolução nas duas formas, ou seja, escrituram os lançamentos com suas datas expostas em ordem cronológica. Apesar de não haver uma uniformidade utilizada para identificar a origem e a aplicação de recursos das organizações estudadas, as prestações de contas apresentam colunas utilizando nomenclaturas como: “receita e despesa”, “entrada e saída” ou, ainda, “débito e crédito”. Este estudo considerou a essência do lançamento e constatou que praticamente a totalidade das paróquias faz a separação entre o que é origem e o que é aplicação de recurso.

O histórico apresentado nas prestações de contas não reflete a essência econômica da transação em 40% dos demonstrativos analisados. Observou-se, ainda, que algumas paróquias utilizam uma sequência de códigos que não permite identificar a relação entre o código e a verdadeira essência do lançamento. Além dessa fragilidade apontada, esta pesquisa tem por referencial a uniformidade das nomenclaturas utilizadas no plano de contas da matriz, e isto inclui a adoção de um mesmo código de histórico padronizado para todas as organizações da

pesquisa.

Não há, nas prestações de contas, a ausência dos valores dos registros contábeis, e todo lançamento apresenta o seu respectivo valor em moeda nacional. A análise procurou, então, investigar se os lançamentos eram revestidos de informação que permitissem identificar, de forma unívoca, todos os registros que integram um mesmo lançamento contábil. Verificou-se que aproximadamente 75% das paróquias não apresentam um agrupamento das contas de maneira que possibilite identificar qual o subgrupo contemplado pelos referidos lançamentos.

#### **4.2 Uniformidade na utilização da nomenclatura adotada no plano de contas da matriz Diocesana**

Este estudo analisou se escrituração auxiliar nos livros caixa das prestações de contas apresentadas pelas paróquias pertencentes a esta Cúria Metropolitana segue a nomenclatura utilizada no plano de contas da Matriz Diocesana. A contabilidade da Arquidiocese de Natal elaborou um plano de contas e o apresentou às paróquias, ora enquadradas como entidades jurídicas classificadas como filiais da Mitra Diocesana. E a condição das paróquias como filial estabelece o cumprimento em adotar o mesmo plano de contas da matriz.

A Tabela 04 apresenta os dados relativos à uniformização na nomenclatura das Receitas.

Tabela 04 - Uniformização na nomenclatura das Receitas

| <b>Variáveis analisadas</b>                | <b>Ano</b> | <b>Média</b> | <b>Moda</b> |
|--|------------|--------------|-------------|
| Uniformização na nomenclatura das Receitas | 2013       | 0,69         | 1           |
|  | 2014       | 0,69         | 1           |

Fonte: Dados da pesquisa

De acordo com esses dados, verifica-se que as paróquias participantes do estudo não seguem o plano de contas elaborado pela matriz. Apenas 69% das prestações de contas paroquiais são uniformes no quesito nomenclaturas das receitas, apesar da pouca diversidade de nomes atribuídos às entradas de caixa. As mais utilizadas são as receitas operacionais das paróquias de contribuição através do dízimo, coletas e ofertas.

Na Tabela 05, encontram-se os dados relativos à uniformização na nomenclatura das Despesas.



Tabela 05 - Uniformização na nomenclatura das Despesas

| <b>Variáveis analisadas</b>                | <b>Ano</b> | <b>Média</b> | <b>Moda</b> |
|--|------------|--------------|-------------|
| Uniformização na nomenclatura das Despesas | 2013       | 0,03         | 0           |
|  | 2014       | 0,03         | 0           |

Fonte: Dados da pesquisa

Devido ao grande número de nomes que compõem os grupos das despesas, a variável que buscou identificar a uniformidade no uso da nomenclatura das Despesas paroquiais apresentou um resultado mais distante do que fora percebido pelo resultado das Receitas. Apenas 3% das organizações religiosas pertencentes à Arquidiocese de Natal fazem uso da mesma nomenclatura adotada no plano de contas da Matriz Diocesana. Esse fato pode ser atribuído ao maior nível de detalhamento das contas de despesas, visto que o plano de contas elaborado pela contabilidade central apresenta aproximadamente 100 (cem) contas específicas de despesas.

#### **4.3 Características das variáveis analisadas**

Na análise do material documental deste estudo, as prestações de contas paroquiais, alguns aspectos apresentaram-se significantes ao ponto de requererem alguns apontamentos além dos da verificação da estrutura e da uniformidade que compõem esses documentos. Uns por estarem relacionados aos objetivos da pesquisa e outros por sua presença ou ausência nos lançamentos contábeis não serem condizentes de acordo com o poder informativo requerido da informação contábil considerada útil. Portanto, esta parte da análise irá tratar de peculiaridades encontradas nas prestações de contas das paróquias pertencentes à Arquidiocese de Natal.

A escrituração dos lançamentos contábeis pode ser realizada por processo manual, mecanizado ou eletrônico. Conforme mostra a Tabela 06, das prestações de contas elaboradas pelas paróquias pertencentes à Arquidiocese de Natal, apenas 16%, em ambos os meses analisados, são escrituradas por meio de processo manual. Essa variável analisada é considerada relevante, pois, mesmo sendo utilizados procedimentos mecanizados ou eletrônicos para a evidenciação dos resultados, o resultado aponta que 84% das prestações de contas apresentam rasuras e borrões. Entende-se que, ao inserir e armazenar as informações em planilhas ou mesmo utilizando *softwares* específicos, essas informações deveriam ser apresentadas livres de borrões, rasuras ou emendas, uma vez que há a possibilidade da

realização de ajustes antes mesmo da finalização do processo para a prestação de contas.

Tabela 06 – Método de preenchimento manual dos registros contábeis

| Variável             | Ano  | Média | Moda |
|----------------------|------|-------|------|
| Preenchimento Manual | 2013 | 0,16  | 0    |
|                      | 2014 | 0,16  | 0    |

Fonte: Dados da pesquisa

A Tabela 07 apresenta uma movimentação intitulada de “cheques emitidos”, realizada para representar uma entrada de recurso, ou seja, um lançamento que, realizado a débito nas variações patrimoniais, provoca um aumento nos ativos da organização. Entretanto, esse registro apresenta uma distorcida representação da essência econômica do lançamento pelo fato de a definição da palavra “emissão” remeter a ação de emitir, de produzir, de transmitir, de entregar à circulação. Logo, ao “emitir” um cheque, a organização está entregando essa ordem de pagamento a terceiro, e isso não configura uma entrada, e, sim, uma saída de recurso.

Observando os lançamentos, poderá ser plausível o entendimento de que esse registro represente uma tentativa de comprovar alguns desembolsos que foram quitados com valores advindos da conta banco, embora não tenha sido realizado algum ajuste, de forma clara e inequívoca, ou apresentação da conta banco como parte integrante das prestações de contas pelas paróquias que realizam esse procedimento.

A média de paróquias que registraram esse lançamento como entrada de recurso em caixa foi de 37% em 2013 e de 29% em 2014, o que corresponde a uma redução de 21,86% no período analisado. E as paróquias das zonais I e V apresentaram uma totalidade no percentual de utilização dessa prática, ou seja, 100% de ambas as zonais adotam a nomenclatura como lançamento a débito na conta caixa.

Tabela 07 - Utilização da nomenclatura "cheques emitidos" como entrada em caixa

| Variável                        | Ano  | Média | Moda |
|---------------------------------|------|-------|------|
| Nomenclatura "cheques emitidos" | 2013 | 0,37  | 0    |
|                                 | 2014 | 0,29  | 0    |

Fonte: Dados da pesquisa

Praticamente metade das organizações não cumpre uma das exigências contidas na ITG 2000 (R1), a que determina que a escrituração deva conter, no mínimo, entre outros, um

histórico dos registros que represente a essência econômica da transação ou código de histórico padronizado. A Tabela 08 mostra que, tanto na análise do ano de 2013 quanto na de 2014, uma média de 52% das paróquias utilizam, em algum lançamento, nomes de estabelecimentos comerciais ou nomes de pessoas físicas para identificar suas despesas, sem fazer qualquer referência do nome comum utilizado com o que ele de fato representa.

As prestações de contas são apresentadas com nomenclaturas que, na maioria das vezes, não conseguem representar fielmente a essência econômica da transação por serem lançadas com nomes de estabelecimentos comerciais, como, por exemplo, “Nordestão” “Iskisita Atacado”, “Marinho Comercial”, “Impacto”, “MAS comercio e serviço” entre outros nomes de fantasia de empresas que podem comercializar uma diversidade de produtos que vão desde alimentos a material de limpeza, material de expediente, etc. Essa prática também não favorece a determinação de a qual subgrupo de despesa o lançamento pertence, ou seja, ela pode ser direcionada à manutenção da paróquia, da casa paroquial ou das atividades pastorais. Esses registros podem levar à contabilidade centralizada, por não conseguirem identificar com precisão qual conta originária o lançamento representa, ou levar à escrituração em livros obrigatórios de uma conta num grupo a qual ela não pertença.

Tabela 08 - Utilização de nomes comerciais ou de pessoas físicas para determinar despesas

| <b>Variável</b>  | <b>Ano</b> | <b>Média</b> | <b>Moda</b> |
|------------------|------------|--------------|-------------|
| Nomes comerciais | 2013       | 0,52         | 1           |
|                  | 2014       | 0,52         | 1           |

Fonte: Dados da pesquisa

Seguir o plano de contas da matriz colabora para a uniformidade dos processos de evidenciação dos resultados, como também contribui para a formação de informações úteis, uma vez que esse instrumento é elaborado por um profissional capacitado em classificar as contas e é construído com base na atividade exercida pela organização. Cada conta pode ser desdobrada em níveis de detalhamento que permitam a identificação do lançamento originário, como, por exemplo, no plano da matriz, o nível de detalhamento “3.2.2.01.02 – Despesa com celebrações – serviço prestado” refere-se a uma conta de despesa da Arquidiocese de Natal (3), despesas paroquial (3.2), despesas de atividades da paróquia (3.2.2), despesas com celebrações (3.2.2.01) até chegar ao nível de detalhamento de despesa com celebrações – serviço prestado.

Caso os lançamentos não identifiquem de maneira clara a origem do registro, a

contabilidade central pode ser levada ao erro e onerar algumas contas em detrimentos de outras, quando da não possibilidade de identificar qual conta determinado lançamento está representando. Seguindo o exemplo da conta acima citada, a paróquia, ao registrar “pagamento por serviço prestado”, não evidencia a que conta esse registro pertence, podendo ser de celebrações ou, até, de consertos hidráulicos, por exemplo.

Esse fato é algo recorrente em quase todas as organizações pertencentes ao estudo, visto que, de acordo com os dados da Tabela 09, em média, 82% das prestações de contas não apresentam o desdobramento das suas despesas. Alguns lançamentos são bastante detalhados quanto à materialidade, são revestidos de números de notas fiscais, porém não fazem a clara orientação sobre a qual subgrupo pertença.

Tabela 09 - Utilização de níveis de desdobramento para a identificação das despesas

| <b>Variável</b>   | <b>Ano</b> | <b>Média</b> | <b>Moda</b> |
|---|------------|--------------|-------------|
| Níveis de desdobramento para a identificação das despesas | 2013       | 0,18         | 0           |
|   | 2014       | 0,18         | 0           |

Fonte: Dados da pesquisa

Esta parte da análise, cujos dados encontram-se na Tabela 10, é considerada positiva, visto que aproximadamente 90% das paróquias apresentam, em suas prestações de contas, o saldo anterior da movimentação apresentada. O controle e o acompanhamento do saldo das disponibilidades da organização contribuem para a produção de informações relevantes na tomada de decisão.

Tabela 10 - Presença do saldo anterior nas prestações de contas

| <b>Variável</b> | <b>Ano</b> | <b>Média</b> | <b>Moda</b> |
|-----------------|------------|--------------|-------------|
| Saldo anterior  | 2013       | 0,87         | 1           |
|                 | 2014       | 0,92         | 1           |

Fonte: Dados da pesquisa

## 5 CONCLUSÃO

“Prestem-se contas aos seus fiéis dos bens por estes oferecidos à igreja” (can. 1287 § 2).

Esta pesquisa baseou-se na prestação de contas como atributo para o acesso à informação útil e sendo utilizada na elaboração dos relatórios contábeis obrigatórios e na evidenciação voluntária aos usuários que por ela tiverem interesse. Analisando a forma de execução dos registros contábeis, procurou-se observar se sua apresentação satisfaz às necessidades do usuário interno, à contabilidade centralizada da Arquidiocese de Natal, e às do usuário externo, a comunidade paroquial.

São as secretarias paroquiais que realizam os controles e o gerenciamento das entradas e saídas de recursos, entretanto os profissionais que exercem essa função não são, necessariamente, habilitados para a execução das práticas contábeis. De acordo com relatos, colhidos tanto no departamento de contabilidade central como em algumas paróquias visitadas, os responsáveis por esses controles apresentam resistência em utilizar as normas contábeis por não compreenderem que, ao escriturarem as movimentações financeiras sob a forma contábil, possibilitam a geração de informações úteis tanto para a correta elaboração dos demonstrativos pela contabilidade central quanto para que qualquer interessado tenha condições de visualizar onde os recursos foram aplicados.

A partir dos resultados analisados, este capítulo apresenta considerações a respeito da análise das prestações de contas das paróquias da Arquidiocese de Natal/RN, dos meses de janeiro de 2013 e janeiro de 2014, cujo objetivo foi o de analisar se as prestações de contas apresentadas por essas organizações estavam estruturadas de acordo com a Resolução CFC nº 1.330/11 – Interpretação Técnica Geral - ITG 2000 (R1) – Escrituração contábil – e segundo a nomenclatura utilizada no plano de contas da Matriz Diocesana.

Pode-se concluir que os objetivos deste estudo foram alcançados, visto que a análise evidenciou os seguintes resultados: a forma como a escrituração contábil foi realizada nos anos de 2013 e de 2014, demonstrou a não observância ao estabelecido na ITG 2000 (R1); e não houve uma evolução significativa, dentro do período analisado, na maneira como essas organizações realizam seus lançamentos contábeis. Portanto, as instituições religiosas não estão em conformidade com a norma de escrituração contábil, visto que os registros foram lançados sem atender à maioria dos critérios e procedimentos estabelecidos pela norma para a escrituração dos registros contábeis.

Dessa forma, foi constatado que, quanto ao aspecto de cumprimento aos critérios

estabelecidos na ITG 2000 (R1), as prestações de contas em análise apresentaram rasuras, borrões ou emendas, mesmo tendo sido predominante a escrituração não manual. Esse dado leva a inferir que as organizações religiosas estudadas não efetuam os lançamentos com o zelo necessário à geração da informação confiável.

Quanto à análise da uniformidade da nomenclatura utilizada, pode-se afirmar que as paróquias da Arquidiocese de Natal fazem uso de alguns nomes comuns para as contas representativas de origem de recursos, como, por exemplo, dízimos, coletas e ofertas. Entretanto, a nomenclatura adotada para registrar as despesas apresentou-se de forma muito diferenciada da constante no plano de contas da matriz. Os resultados também evidenciam que não houve diferença relevante no uso regular, pelas organizações analisadas, da nomenclatura adotada no plano de contas da Matriz Diocesana em relação à evolução dos anos estudados.

Seguindo esse conceito, pode-se perceber que, para que a contabilidade possa realizar seu trabalho de maneira mais eficiente, faz-se necessária a utilização por parte das filiais, no caso específico deste estudo, das paróquias da Arquidiocese de Natal, da mesma nomenclatura adotada pela matriz. Dessa maneira, será possível haver uma melhor compreensão das informações fornecidas e, conseqüentemente, uma otimização da elaboração dos demonstrativos contábeis pela contabilidade central.

Ao se fazer uso da mesma nomenclatura ou código identificador da conta lançada, as paróquias auxiliam para a formação de informações revestidas de comparabilidade. Entretanto, ao adotar uma comunicação particularizada, cada paróquia levará para a contabilidade central uma diversidade de nomes para uma mesma conta, o que pode levar a uma possível má interpretação da intenção informativa e, conseqüentemente, uma alocação de valores em contas que não representam a verdadeira essência do lançamento original.

As prestações de contas apresentadas à comunidade, se realizadas de maneira uniforme, seguindo o plano de contas adotado pela matriz e em conformidade com a escrituração contábil estabelecida na ITG 2000 (R1), possibilitariam um melhor usufruto no fornecimento de informações úteis e relevantes para tomada de decisão. Manter uma escrituração regular e uniforme viabiliza a transmissão de informações úteis para toda a sociedade.

Por outro lado, a falta de uniformidade das nomenclaturas utilizadas na escrituração dos registros contábeis dos demonstrativos de prestação de contas das paróquias poderá acarretar a formação de informações distorcidas. Essas instituições devem se mostrar transparentes, visando à fidelidade dos doadores dos recursos necessários à manutenção das

suas atividades sociais. A falta de transparência pode fazer com que os doadores não se sintam seguros das ações desenvolvidas na aplicação dos recursos ofertados.

A variação dos termos que são utilizados, de acordo com o entendimento do profissional que realiza a escrituração de cada paróquia, poderá trazer um malefício informacional.

Esse fato pode ocasionar uma série de ruídos informativos, entre eles, o da arbitrariedade no reconhecimento das contas, por parte da contabilidade central, uma vez que, havendo uma diversidade de nomenclaturas adotadas pelas paróquias, fica prejudicada a interpretação do subgrupo que o registro representa. Dessa forma, todo o processo de evidenciação contábil poderá ser erroneamente executado e esses registros incorretos serão transpostos para o livro diário e, conseqüentemente, para a elaboração dos demonstrativos contábeis obrigatórios.

De forma geral, o estudo permite concluir que as paróquias pertencentes à Arquidiocese de Natal, no período analisado, não apresentaram suas prestações de contas em conformidade com o estabelecido na Interpretação Técnica Geral – ITG 2000 (R1) – Escrituração Contábil – e nem utilizaram da uniformidade das nomenclaturas adotadas no plano de contas da Matriz Diocesana. Entretanto, cabe ressaltar que, apesar de não seguirem o estabelecido nas normas contábeis, as paróquias estudadas registram, evidenciam e controlam suas movimentações financeiras de caixa. Ou seja, o que esta pesquisa observou é que esta é uma prática corrente nas paróquias, porém não está de acordo com o estabelecido na ITG 2000 (R1).

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. de. **O orçamento como ferramenta para a gestão de recursos financeiros no terceiro setor**: um estudo nas organizações do estado do Rio Grande do Norte. Natal, 2007. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa Multi-institucional e Interregional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis UnB/UEPB/UFPE/UFRN.

ANDREWS, A. **Downward Accountability in Unequal Alliances**: Explaining NGO Responses to Zapatista Demands. Revisão final aceito: 23 de julho de 2013. Vol. Desenvolvimento Mundial. 54, pp. 99-113, 2014. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0305750X13001782>>. Acesso em: 13 jan. 2015.

ARAÚJO, G. F. **Contabilidade**: a obrigatoriedade da contabilidade para as Entidades do Terceiro Setor – Aula 01. Escola Aberta do Terceiro Setor. Agente do Terceiro Setor, Disponível em: <[www.escolaaberta3setor.org.br](http://www.escolaaberta3setor.org.br)>. Acesso em: 09 dez. 2014.

ARAÚJO, I. P. S. **Introdução a Contabilidade**: revista e atualizada. 3 ed. Salvador: Editora Saraiva, 2008.

ARAÚJO, O. C. **Contabilidade para Organizações do Terceiro Setor**. São Paulo: Atlas, 2009.

ASSIS, M. S. de; MELLO, G. R. de; SLOMSKI, V. **Transparência nas Entidades do Terceiro Setor**: A Demonstração do Resultado Econômico como Instrumento de Mensuração de Desempenho. Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade vol. 3. 2006. Disponível em: <<http://www.congressousp.fipecafi.org/artigos32006/149.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2014.

BNDES. BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Terceiro setor e desenvolvimento social**. Relato setorial N° 3. Disponível em: <[http://www.bndes.gov.br/sitebndes/bndes/bndes\\_pt/institucional/publicacoes/consulta\\_expressa/tipo/relatos\\_setoriais/200107\\_2.html](http://www.bndes.gov.br/sitebndes/bndes/bndes_pt/institucional/publicacoes/consulta_expressa/tipo/relatos_setoriais/200107_2.html)>. Acesso em: 05 jul. 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília 05 out 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 13 set. 2013.

BRASIL. **Lei N° 10.406 de 10 de janeiro de 2002**. Código Civil. Brasília 10 jan. 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm)>. Acesso em: 17 fev. 2015.

BRASIL. **Lei N° 10.825 - de 22 de dezembro de 2003** - DOU DE 23/12/2003. Dá nova redação aos Arts. 44 e 2.031 da Lei N° 10.4016, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil.

CALDAS NETO, C. **A formação e evidenciação do resultado contábil em entidade do terceiro setor**: o caso de uma região administrativa da maçonaria em um estado nordestino. João Pessoa, 2007. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa Multi-institucional e



Interregional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis UnB/UFPB/UFPE/UFRN.

CARNEIRO, A. F.; OLIVEIRA, D. L.; TORRES, L.C. Accountability e Prestação de Contas das Organizações do Terceiro Setor: Uma Abordagem à Relevância da Contabilidade. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, jul/dez 2011. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/ufrj/article/viewFile/1206/1142>>. Acesso em: 02 fev. 2014.

CFC. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **RESOLUÇÃO CFC N.º 1.409/12**, aprova a ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros.

CFC. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Interpretação ITG 2002** – Entidade sem Finalidade de Lucros. Brasília, 21 set. 2012.

CFC. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Manual de Procedimentos Contábeis para Fundações e Entidades de Interesse Social**. Brasília: CFC, 2004.

CFC. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Norma Brasileira de Contabilidade** – ITG 2000 (R1) / 05 de dezembro de 2014, Brasília, dez. 2014.

CFC. Conselho Federal de Contabilidade. **Princípios Fundamentais e Normas Brasileiras de Contabilidade**. 3. ed. Brasília: CFC, 2008.

CFC. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Princípios Fundamentais e Normas Brasileira de Contabilidade de Auditoria e Perícia**. Brasília: CFC, 2006.

CHAGAS, M. J. R.; LUZ, J. R. M.; CAVALCANTE, P. R. N.; QUEIROZ, D. B. **Publicações acadêmicas de pesquisas em contabilidade sobre terceiro setor no Brasil**: análise do período de 2007 a 2009. XVII Congresso Brasileiro de Custos – Belo Horizonte, MG, Brasil, 03 a 05 de novembro de 2010.

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. **Manual de Procedimentos Administrativos**. Brasília: Edições CNBB, 2010.

CNBB. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. **A Missão da Pastoral Social**. Brasília, Edições CNBB. 2008. Disponível em: <[http://www.cnbb.org.br/component/docman/doc\\_view/1082-a-missao-da-pastoral-social](http://www.cnbb.org.br/component/docman/doc_view/1082-a-missao-da-pastoral-social)>. Acessado em 25 dez 2014.

COAN, F. M. J; MEGIER, I. H. A contabilidade no terceiro Setor: Instrumento de transparência social. **Revista Contabilidade e Amazônia**. Sinop, v. 3, n. 1, art. 3, PP. 30-44, Jan/Dez 2010. Disponível em: <[http://www.contabilidadeamazonia.com.br/artigos/artigo\\_59artigo\\_3.pdf](http://www.contabilidadeamazonia.com.br/artigos/artigo_59artigo_3.pdf)>. Acesso em: 28 jan. 2014.

COELHO I. M. **A Utilização da Informação Contábil na Gestão Organizacional**: Um estudo nas Fundações de Apoio às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e às demais Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs). Natal, 2012. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa Multiinstitucional e Interregional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis UnB/UFPB/UFPE/UFRN.

COLOMBELLI. C.; MURARO, M.; SANTOS, S. R. T. O impacto da lei N° 12.101/2009 na

apresentação das demonstrações contábeis das Apaes/RS. **Teoria e Evidência Econômica** - Ano 18, n. 38, p. 121-143, jan./jun. 2012.

**Comissão Episcopal Pastoral para o Serviço da Caridade da Justiça e da Paz.** Disponível em: <<http://marista.edu.br/evangelizacao/files/2012/08/Pastoral-Social-no-Brasil.pdf>>. Acesso em: fev. 2015.

COSTA O. P. **Análise das Demonstrações Contábeis** – Material Didático. Universidade Católica de Goiás, 2004.

COSTA, A. L. J. **A Accountability nas organizações sem fins lucrativos: O caso particular de algumas fundações em Portugal.** Lisboa, 2011. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto Universitário de Lisboa.

CRCPR. CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANÁ **Práticas contábeis aplicadas:** às PME, ME, EPP e entidades sem fins lucrativos. Curitiba: CRCPR, 2013. Disponível em: <[http://www.crcpr.org.br/new/content/download/2014\\_02\\_05\\_praticas\\_contabeis\\_pme.pdf](http://www.crcpr.org.br/new/content/download/2014_02_05_praticas_contabeis_pme.pdf)>. Acesso em: 25 nov. 2014.

CRCSP. CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Auto estudo ITG 1000:** Modelo Simplificado para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. São Paulo: CRC-SP, 2013. Disponível em: <[http://www.crcsp.org.br/apostilas/ITG\\_1000\\_Hernandez\\_autoestudo.pdf](http://www.crcsp.org.br/apostilas/ITG_1000_Hernandez_autoestudo.pdf)>. Acesso em: 27 nov. 2014.

CREPALDI, S. A. **Curso Básico de Contabilidade:** Resumo da Teoria Atendendo às Novas Demandas da Gestão Empresarial, Exercícios e Questões com respostas. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

CRUZ, Célia. Ética e Transparência: Duas importantes ferramentas na captação de recursos. **REVISTA FILANTROPIA** – São Paulo, julho/agosto de 2002.

DANTAS, J. A.; ZENDERSKY, H. C.; SANTOS, S. C.; NIYAMA, J. K. A dualidade entre os benefícios do *disclosure* e a relutância das organizações em aumentar o grau de evidenciação. **E & G Economia e Gestão**, Belo Horizonte, v. 5, n. 11, p. 56-76, dez. 2005.

DELAMÉA, E. **Administração paroquial:** igreja e direito. 4 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

DRUCKER, P. F. **Administração de Organizações sem Fins Lucrativos:** princípios e práticas. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

EBSEN, K. S.; LAFFIN M. Terceiro Setor e Contabilidade: compilações de uma pesquisa. **Revista Contemporânea de Contabilidade.** a. 01 v. 01 n. 01 jan./jun. 2004 p. 11-28.

FALCONER, A. P. **A promessa do terceiro setor:** um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão. São Paulo, 1999. Dissertação (Mestrado em Administração). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

FARIA J. A.; REGO, A. L. S. **Transparência nas Entidades Religiosas:** um Estudo de Caso

Sobre a Aplicação de Fatores que Contribuem para a Transparência Financeira na Paróquia Senhor do Bonfim. Revista de Teologia e Ciências da Religião da Unicap. Vol. 4, Nº 1, dezembro/2014. Disponível em: <<http://www.unicap.br/ojs//index.php/theo/article/view/457/367>>. Acesso em: 06 de mar 2015.

FERNANDES, R. C. **Privado Porém Público**: O terceiro setor na América Latina. 2.ed. Rio de Janeiro: Relume Dumaré, 1994.

FONSECA, L. V. **O Estado, o Terceiro Setor e o Mercado**: uma tríade complexa. In. XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade. Goiás: CFC, 2000.

FRANÇA, R. D. de. **Sistemas de controle no terceiro setor**: um estudo exploratório das igrejas Batistas da grande João Pessoa – PB. João Pessoa, 2007. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa Multi-institucional e Interregional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis UnB/UEPB/UFPE/UFRN.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRUPO DE INSTITUTOS, FUNDAÇÕES E EMPRESAS. **Perspectivas para o marco legal do terceiro setor**. São Paulo, 2009.

HORNBY, C. Papa Francisco fortalece supervisão ao banco do Vaticano. Thomson Reuters; 8 de agosto de 2013. Disponível em: <<http://br.reuters.com/article/topNews/idBRSPE97706A20130808>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

IBGC. INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa**. 4. ed. São Paulo: IBGC, 2009.

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil 2010**, Rio de Janeiro: 2012.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**: número de católicos cai e aumenta o de evangélicos, espíritas e sem religião. Disponível em:<<http://censo2010.ibge.gov.br/noticiascensoview=noticia&id=1&idnoticia=2170&t=censo-2010-numero-catolicos-cai-aumenta-evangelicos-espíritas-sem-religiao>>. Acesso em: 14 nov. 2014.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. **O Banco Vaticano publicará suas contas e balanços na internet**. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/520207-o-banco-vaticano-publicara-suas-contas-e-balancos-na-internet>>. Acesso em: 23 dez. 2014.

IOSCHIPE, E. (Org.) **Terceiro Setor**: desenvolvimento social sustentado. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

IPB. Instituto Pro Bono: responsabilidade social no direito. **Manual do Terceiro Setor**. Disponível em:< <http://www.probono.org.br/arquivos/file/manualterceirosetor.pdf>> Acesso em: 05 de nov. 2014.

IUDÍCIBUS *et al.* - Equipe FEA/USP. **Contabilidade introdutória**. 11 ed. São Paulo: Atlas,

2010.

IUDÍCIBUS, S. de; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R. **Manual de Contabilidade Societária: Aplicável a todas as Sociedades de Acordo com as Normas Internacionais e do CPC.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da Contabilidade.** 10 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KLANN, R. C. **Impacto das diferenças de normas contábeis brasileiras, americanas e internacionais em indicadores de desempenho de empresas.** 2007. 212 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2007.

LENGLER, F. R.; CRUZ, R. L. C.; JACOBSEN, A. L. Captação de Recursos pelo Terceiro Setor: a Importância de um Intermediário como Canal de Comunicação entre Doador e Tomador. **Vianna Sapiens**, Juiz de Fora v. 1 n. 1. Abr. 2010. ISSN 2177 3726.

LIMA *et al.*, 2012. Aspectos qualitativos da informação contábil: uma revisão analítica acerca da qualidade informacional introduzida a partir dos normativos contábeis estabelecidos pelo CPC, IASB E FASB. **GETEC**, v. 2, n. 4, p. 01-24/2012.

LIMA, F. G.; CAMPOS, G. M. A. **Contabilidade como Instrumento Essencial no Desenvolvimento das Entidades do Terceiro Setor: o Caso ACACCI.** VIII Fórum de Estudantes e Profissionais de Contabilidade do Estado do Espírito Santo – O Marketing e a Valorização do Profissional Contábil - 30/10 a 01/11/2003 no Sesc - Praia Formosa Aracruz – ES.

LOMBARDI, F. **Dinheiro e transparência.** News V. A. 21 de julho de 2012. Disponível em: <<http://www.news.va/pt/news/padre-lombardi-dinheiro-e-transparencia>>. Acesso em: 17 fev. 2014.

MARCONI, M. A., LAKATOS E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARCOVITCH, J. Da exclusão à coesão social: profissionalização do Terceiro Setor. In: IOSCHIPE, E. (Org.) **Terceiro Setor: desenvolvimento social sustentado.** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

MÁRIO, P. C.; ALVES, A. D. F.; CARMO, J. P. S.; SILVA, A. P. B.; JUPETIPE, F. K. N. A Utilização de Instrumentos de Contabilidade Gerencial em Entidades do Terceiro Setor. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, jan/abr 2013.

MARION, J. C. **Contabilidade básica.** 10 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, P. L. *et al.* **A Contabilidade do Terceiro Setor: o Caso Anália Franco.** VIII Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. 2011.

MELO, T. L.; SANTOS, J. L.; SOUZA, E. X. **Transparência da Informação Contábil: Um Estudo sobre a Prestação de Contas em uma Entidade do Terceiro Setor na Cidade de Maceió.** XIII SemeAd – Seminários em Administração. Set 2010. ISSN 2177. 3866.

MONELLO, M. **Contabilidade Convênios e Parcerias**. Aula 09. Escola Aberta do Terceiro Setor. **Agente do Terceiro Setor**, Disponível em: <[www.escolaaberta3setor.org.br](http://www.escolaaberta3setor.org.br)>. Acesso em: 09 dez. 2014.

NIYAMA, J. K.; TIBURCIO SILVA, C. **Teoria da Contabilidade**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

OLAK, P. A.; NASCIMENTO, D. T. do. **Contabilidade para Entidades sem Fins Lucrativos (Terceiro setor)**. 3 ed. São Paulo, Atlas, 2010.

OLAK, P. A.; SLOMSKI, V.; ALVES, C. V. O. As Publicações Acadêmicas da Pesquisa Contábil no Brasil, no Âmbito das Organizações do Terceiro Setor. **REPeC - Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**. v. 2, n. 1, art. 2, p. 24-46, jan/abr. 2008.

OLIVEIRA, A.; ROMÃO, V. **Manual do terceiro setor e instituições religiosas: trabalhista, previdenciária, contábil e fiscal**. São Paulo: Atlas, 2006.

OLIVEIRA, I M. S. **Uma Investigação sobre a Prestação de Contas das Entidades do Terceiro Setor Brasileiro**. 2009. Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis, na área de concentração informações contábeis para os usuários internos e externos. .

OLIVON, B. **Onde estão os católicos do mundo?** 22 de julho de 2013. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/mundo/noticias/onde-estao-os-catolicos-do-mundo>>. Acesso em: 18 nov. 2014.

PADOVEZE, C. L. **Sistema de Informações Contábeis: Fundamentos e Análise**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PEREIRA, J, C. **Guia de gerenciamento e administração paroquial**. São Paulo: Paulus, 2008.

PEREZ JUNIOR, J. H.; BEGALLI, G. A. **Elaboração das Demonstrações Contábeis**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

RAMOS, G. C. Terceiro Setor: a construção de uma economia da solidariedade. Revista Gerenciais. **São Paulo**, v. 2, p. 105-111. Setembro, 2003.

RFB. RECEITA FEDERAL DO BRASIL. Coordenação-Geral de Tributação. **Solução de Consulta nº 144** – Coordenação-Geral de Tributação - Cosit. 02 de junho de 2014.

RIBEIRO, O. M. **Contabilidade Básica fácil**. 23 ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

ROCHAEL, D. **Organizações do terceiro setor: uma abordagem comparativa de critérios contábeis de reconhecimento, mensuração e evidenciação brasileiros, estadunidenses e internacionais**. Brasília, 2009. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa Multi-institucional e Interregional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis UnB/UFPB/UFRN.

SANTOS, A. dos. **Demonstração do Valor Adicionado**. São Paulo: Atlas, 2003.

SANTOS, C. A. **Práticas de Contabilidade das Organizações sem Fins Lucrativos se Curitiba**. CURITIBA, 2010. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Área de Concentração em Contabilidade e Finanças, PPG Mestrado em Contabilidade, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial a obtenção do título de Mestre em Contabilidade.

SBC – Sociedade Brasileira de Canonistas. **Administração Paroquial**. Info SBC Informativo: 2012. Disponível em: <<http://www.infosbc.org.br/portal/index.php/bens-temporais-da-igreja-direito-patrimonial-da-igreja/2876-administracao-paroquial>>. Acesso em: 10 jan 2015.

SCHIMITH, P. F.; CHAGAS, P. B. **A Aplicação da Governança Corporativa no Terceiro Setor**: um Estudo de Caso. Artigo apresentado e premiado na XXIX SEMAD 2009 – Semana do Administrador/UEM, realizada de 28 a 30 de outubro/2009. ISSN 1516-1803.

SCHNORR, P. W.; *et al.* **Escrituração contábil simplificada para micro e pequena empresa**. Brasília: CFC Conselho Federal de Contabilidade, 2008.

SILVA E. L.; MENEZES E. M. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2005.

SILVA FILHO, J. R. Arquidiocese de Natal. **História da Arquidiocese de Natal**. Disponível em:<<http://arquiocesedenatal.org.br/especiais/historia>>. Acesso em: 23 dez. 2014.

SILVA, A. P. F. da; FALK J. A.; COUTINHO E. N. P. **Percepção dos Serviços Gerados pela Contabilidade em Entidades Nordestinas de Utilidade Pública Federal**. VIII CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO. ISSN 1984-9354 8 e 9 de junho de 2012.

SILVEIRA, D. **Evidenciação Contábil de Fundações Privadas de Educação e Pesquisa**: uma Análise da Conformidade das Demonstrações Contábeis de Entidades de Santa Catarina, 2007. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Contabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do Título de Mestre em Contabilidade.

SOARES, A. L. C. **Administração Financeira e Legislação Trabalhista para Igrejas**. Rio de Janeiro: Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro, 2008.

SOARES L. L.; VICENTE E. F. R.; LUNKES R. J. **Controles Internos em Pequenas Comunidades Católicas de Florianópolis**. SOCIEDADE, CONTABILIDADE E GESTÃO, Vol. 5, Nº 3. 2010. Disponível em: < <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/ufrrj/article/view/845>>. Acesso em: 24 de mai 2014.

SOUZA. F. J. V. de; DANTAS, E. B.; ARAÚJO, A. O.; CORRÊA DA SILVA, M. Prestação de contas no terceiro setor: Uma análise das entidades possuidoras do título de Utilidade pública federal no estado do Rio Grande do Norte. **ConTexto**, Porto Alegre, v. 12, n. 21, p. 105-116, 1º semestre 2012.

STAROSKY FILHO L.; TOLEDO FILHO, J. R. de; FERNANDES F. C. **A Influência de Variáveis Comportamentais na Criação de Reserva Orçamentária em Entidades do Terceiro Setor do Vale do Itajai**. AnPCont, 2013.

STEPHANO, J. Y. K.; BUESA, N. Y. **Contabilidade do Terceiro Setor Enfoque na Contabilidade das Igrejas de Cotia e Itapevi** . Revista eletrônica Gestão e Negócios. Vol. 4, Nº 01. 2013. Disponível em: < <http://www.facsao Roque.br/novo/publicacoes/pdf/v4-n1-2013/Jessica.pdf> >. Acesso em: 20 de jan 2014.

TENÓRIO, F. G. Gestão Social: uma Perspectiva Conceitual. Revista de Administração Pública. **RAP Rio de Janeiro**, 32(5):7-23. set.out. 1998.

VIANA, N. S.; LOPES, P. L. **Administração Contábil no Terceiro Setor**. Simpósio de excelência em gestão e tecnologia. Gestão e Tecnologia para a Competitividade, out. 2013.

ZITTEI M. V. M.; POLITELO L.; SCARPIN J. E. **Nível de Evidenciação Contábil das Organizações do Terceiro Setor**. Anais do 13º Congresso USP Controladoria e Contabilidade: desafios e tendências da normatização contábil. São Paulo, 25 e 26 de jul 2013. Disponível em:< <http://www.congressosp.fipecafi.org/web/artigos132013/105.pdf> >. Acesso em: 12 de jan 2014.

## APÊNDICE

### Paróquias da Arquidiocese de Natal

| Zonal | Paróquia                                   |
|-------|--|
| 1     | Catedral de Nossa Senhora da Apresentação  |
|       | Nossa Senhora da Apresentação              |
|       | São Pedro Apóstolo                         |
|       | Bom Jesus das Dores                        |
|       | Nossa Senhora das Graças e Santa Teresinha |
|       | São João Batista                           |
|       | Nossa Senhora de Lourdes                   |
|       | Sagrada Família                            |
| 2     | Sagrado Coração de Jesus                   |
|       | Nossa Senhora da Candelária                |
|       | Santa Rita de Cássia dos Impossíveis       |
|       | Santo Afonso Maria de Legório              |
|       | Nossa Senhora de Aparecida                 |
|       | São Camilo de Lélis                        |
|       | São João Batista                           |
| 3     | Nossa Senhora de Fátima                    |
|       | São Francisco de Assis                     |
|       | Cristo Rei                                 |
|       | Nossa Senhora da Conceição                 |
|       | Santa Clara                                |
|       | Beato Francisco Ambrósio Ferro             |
|       | Beato André de Soveral                     |
|       | Beato Mateus Moreira                       |
|       | Diaconia Nossa Senhora de Guadalupe        |
|       | Área Pastoral de Nossa Senhora do Carmo    |
| 4     | São Sebastião                              |
|       | Nossa Senhora da Esperança                 |
|       | Nossa Senhora do Perpétuo Socorro          |
|       | Nossa Senhora Auxiliadora                  |
|       | Bem Aventurado José de Anchieta            |
|       | Jesus Bom Pastor                           |
|       | Santuário dos Mártires de Cunhau e Uruaçu  |
|       | Área Pastoral de Nossa Senhora da Assunção |
| 5     | Nossa Senhora das Graças                   |
|       | São José dos Angicos                       |
|       | Nossa Senhora da Conceição                 |
|       | São Paulo Apóstolo                         |
|       | Santana                                    |
|       | Nossa Senhora da Conceição                 |



|    |  |
|----|--|
| 6  | Nossa Senhora do Rosário                   |
|    | Nossa Senhora da Conceição                 |
|    | Nossa Senhora de Lourdes                   |
|    | São José Operário                          |
|    | Nossa Senhora da Conceição                 |
|    | São João Batista                           |
| 7  | Nossa Senhora da Conceição                 |
|    | Nossa Senhora Mãe dos Homens               |
|    | Nossa Senhora da Conceição                 |
|    | Área Pastoral Nossa Senhora de Nazaré      |
|    | Área Pastoral Nossa Senhora dos Navegantes |
|    | Nossa Senhora da Pureza                    |
|    | Santo Antão Abade                          |
|    | São Miguel Arcanjo                         |
|    | Nossa Senhora do Livramento                |
|    | Bom Jesus dos Navegantes                   |
| 8  | Nossa Senhora das Dores                    |
|    | São Francisco de Assis                     |
|    | Nossa Senhora da Penha                     |
|    | Imaculada Conceição                        |
|    | Imaculada Conceição                        |
|    | Nossa Senhora de Fátima                    |
|    | Nossa Senhora da Conceição                 |
|    | São Bento Abade                            |
|    | Divino Espírito Santo                      |
| 9  | Nossa Senhora de Lourdes                   |
|    | Nossa Senhora do Amparo                    |
|    | Santa Rita de Cássia                       |
|    | São José                                   |
|    | Santa Terezinha                            |
| 10 | Sagrado Coração de Jesus                   |
|    | Sagrado Coração de Jesus                   |
|    | Nossa Senhora da Conceição                 |
|    | São Paulo Apóstolo                         |
|    | Nossa Senhora da Conceição                 |
|    | Nossa Senhora da Conceição                 |
| 11 | Nossa Senhora de Fátima                    |
|    | Santa Maria Mãe                            |
|    | Sant'ana                                   |
|    | Santo Antônio de Pádua                     |
|    | Santa Luzia                                |
|    | São João Bosco                             |
|    | São Miguel                                 |
| 12 | São Gonçalo do Amarante                    |
|    | Nossa Senhora da Conceição                 |

|           |  |
|-----------|--|
|           | São Lucas                              |
|           | Santo Antônio do Potengi               |
| <b>13</b> | São João Batista                       |
|           | Nossa Senhora da Conceição             |
|           | Área Pastoral Nossa Senhora da Piedade |
|           | Nossa Senhora dos Prazeres             |
|           | Área Pastoral São João Batista         |
|           | Área Pastoral Antônio de Lisboa        |
|           | Nossa Senhora do Ó                     |
|           | São Francisco de Assis                 |
|           | Santana e São Joaquim                  |
|           | São Pedro Apóstolo                     |

Fonte: dados colhidos no site da Arquidiocese de Natal, 2014. Disponível em: <<http://arquiocesedenatal.org.br/paroquias>>. Acesso em: 12 de mar. 2013.

## ANEXO

### Plano de Contas

Empresa: ARQUIDIOCESE DE NATAL - CNPJ: 08.026.122/0001-69

| Código           | Descrição   | Reduzida | Analítica | Patrimonial | Natureza |
|------------------|---|----------|-----------|-------------|----------|
| 3                | <b>Despesas Arquidiocese de Natal</b>               |          |           |             | Devedora |
| 3.2              | <b>Despesas Paróquias</b>                           |          |           |             | Devedora |
| 3.2.1            | Recursos humanos paróquias                          |          |           |             | Devedora |
| 3.2.1.01         | Remuneração com vínculo empregatício                | 161      | X         |             | Devedora |
| 3.2.1.01.01-5    | Salário   |          |           |             | Devedora |
| 3.2.1.01.02-3    | Décimo terceiro salário                             | 6136     | X         |             | Devedora |
| 3.2.1.01.03-1    | Férias  | 6137     | X         |             | Devedora |
| 3.2.1.01.04-0    | Indenizações e aviso prévio                         | 6138     | X         |             | Devedora |
| 3.2.1.02         | Benefícios pessoal com vínculo                      |          |           |             | Devedora |
| 3.2.1.02.01-1    | Condução urbana                                     | 490      | X         |             | Devedora |
| 3.2.1.02.02-0    | Alimentação   | 491      | X         |             | Devedora |
| 3.2.1.02.03-8    | Plano de saúde                                      | 6217     | X         |             | Devedora |
| 3.2.1.02.04-6    | Seguro de vida                                      | 6624     | X         |             | Devedora |
| 3.2.1.03         | Encargos sociais                                    |          |           |             | Devedora |
| 3.2.1.03.01      | Previdência social                                  |          |           |             | Devedora |
| 3.2.1.03.01.01-0 | INSS empregados                                     | 6139     | X         |             | Devedora |
| 3.2.1.03.01.02-8 | INSS terceiros                                      | 6140     | X         |             | Devedora |
| 3.2.1.03.01.03-6 | INSS rat  | 6141     | X         |             | Devedora |
| 3.2.1.03.01.04-4 | INSS autônomo                                       | 6142     | X         |             | Devedora |
| 3.2.1.03.02      | FGTS  |          |           |             | Devedora |
| 3.2.1.03.02.01-6 | FGTS  | 6143     | X         |             | Devedora |
| 3.2.1.03.02.02-4 | Contribuição social                                 | 6144     | X         |             | Devedora |
| 3.2.1.03.02.03-2 | Multa rescisória                                    | 6145     | X         |             | Devedora |
| 3.2.1.03.03      | PIS/PASEP   |          |           |             | Devedora |
| 3.2.1.03.03.01-2 | PIS / PASEP   | 6146     | X         |             | Devedora |
| 3.2.1.04         | Remuneração pessoal sem vínculo                     |          |           |             | Devedora |
| 3.2.1.04.01-4    | Bolsa estágio                                       | 6147     | X         |             | Devedora |
| 3.2.1.04.02-2    | Restituição c/ gastos de voluntário                 | 6148     | X         |             | Devedora |
| 3.2.1.05         | Proventos ministeriais                              |          |           |             | Devedora |
| 3.2.1.05.01-0    | Côngruas  | 6149     | X         |             | Devedora |
| 3.2.1.05.02-9    | INSS presbíteros                                    | 6150     | X         |             | Devedora |
| 3.2.1.05.03-7    | IRRF s/ côngruas                                    | 6587     | X         |             | Devedora |
| 3.2.1.06         | Outras remunerações                                 |          |           |             | Devedora |
| 3.2.1.06.01-7    | Diárias   | 6151     | X         |             | Devedora |
| 3.2.1.06.02-5    | Ajuda de custos                                     | 6152     | X         |             | Devedora |
| 3.2.2            | Despesas de atividades paróquias                    |          |           |             | Devedora |
| 3.2.2.01         | Despesas com celebrações                            |          |           |             | Devedora |
| 3.2.2.01.01      | Despesas com celebrações                            |          |           |             | Devedora |
| 3.2.2.01.01.01-3 | Material e serviços p/ celebração                   | 6466     | X         |             | Devedora |
| 3.2.2.01.01.02-1 | Manutenção instrumentos musicais                    | 6467     | X         |             | Devedora |
| 3.2.2.01.01.03-0 | Despesas com certidões e formulários                | 6468     | X         |             | Devedora |
| 3.2.2.01.02      | Despesas com celebrações – serviço prestado         |          |           |             | Devedora |
| 3.2.2.01.02.01-0 | Despesas com celebração - serviço prestado          | 6469     | X         |             | Devedora |
| 3.2.2.01.02.02-8 | Manutenção instrumentos musicais - serviço prestado | 6470     | X         |             | Devedora |
| 3.2.2.02         | Despesas com atividades pastorais                   |          |           |             | Devedora |
| 3.2.2.02.01      | Despesas com atividades pastorais                   |          |           |             | Devedora |
| 3.2.2.02.01.01-8 | Assistência social                                  | 6471     | X         |             | Devedora |
| 3.2.2.02.01.02-6 | Doações pessoa jurídica                             | 6472     | X         |             | Devedora |
| 3.2.2.02.01.03-4 | Despesas com encontros                              | 6473     | X         |             | Devedora |
| 3.2.2.02.01.04-2 | Transporte  | 6474     | X         |             | Devedora |
| 3.2.2.02.01.05-0 | Alimentação   | 6475     | X         |             | Devedora |
| 3.2.2.02.01.06-9 | Despesas de manutenção                              | 6476     | X         |             | Devedora |
| 3.2.2.02.01.07-7 | Material para encontros                             | 6477     | X         |             | Devedora |
| 3.2.2.02.01.08-5 | Contribuição para Zonal                             | 6478     | X         |             | Devedora |
| 3.2.2.02.01.09-3 | Despesas com formação                               | 6479     | X         |             | Devedora |
| 3.2.2.02.01.14-0 | Viagens e hospedagens                               | 6497     | X         |             | Devedora |
| 3.2.2.02.02      | Despesas com atividades pastorais - serviço         |          |           |             | Devedora |

|                  |   |      |   |          |
|------------------|---|------|---|----------|
|                  | prestado  |      |   |          |
| 3.2.2.02.02.01-4 | Material p/ encontros - serviço prestado          | 6480 | X | Devedora |
| 3.2.2.02.02.02-2 | Despesas com encontros - serviço prestado         | 6481 | X | Devedora |
| 3.2.2.02.02.03-0 | Transporte - serviço prestado                     | 6482 | X | Devedora |
| 3.2.2.02.02.04-9 | Alimentação - serviço prestado                    | 6483 | X | Devedora |
| 3.2.2.02.03      | Repasse p/ arquidiocese                           |      |   | Devedora |
| 3.2.2.02.03.01-0 | Repasse coletas lugares santos                    | 6548 | X | Devedora |
| 3.2.2.02.03.02-9 | Repasse campanha da fraternidade                  | 6549 | X | Devedora |
| 3.2.2.02.03.03-7 | Repasse óbolo de São Pedro                        | 6550 | X | Devedora |
| 3.2.2.02.03.04-5 | Repasse manutenção dos presbíteros                | 6551 | X | Devedora |
| 3.2.2.02.03.05-3 | Repasse coletas missionárias                      | 6552 | X | Devedora |
| 3.2.2.02.03.06-1 | Repasse coletas evangelização                     | 6553 | X | Devedora |
| 3.2.2.02.03.07-0 | Repasse crisma                                    | 6554 | X | Devedora |
| 3.2.2.02.03.08-8 | Contribuição arquidiocesana                       | 6584 | X | Devedora |
| 3.2.2.02.03.09-6 | Repasse outras campanhas                          | 6636 | X | Devedora |
| 3.2.2.03         | Manutenção da casa paroquial                      |      |   | Devedora |
| 3.2.2.03.01      | Despesas manutenção da casa paroquial             |      |   | Devedora |
| 3.2.2.03.01.01-2 | Água  | 6484 | X | Devedora |
| 3.2.2.03.01.02-0 | Energia   | 6485 | X | Devedora |
| 3.2.2.03.01.03-9 | Telefone  | 6486 | X | Devedora |
| 3.2.2.03.01.04-7 | Alimentação                                       | 6487 | X | Devedora |
| 3.2.2.03.01.05-5 | Despesas de manutenção                            | 6488 | X | Devedora |
| 3.2.2.03.01.07-1 | Aluguel/condomínio                                | 6490 | X | Devedora |
| 3.2.2.03.01.08-0 | Assistência médica                                | 6491 | X | Devedora |
| 3.2.2.03.01.09-8 | IPTU  | 6492 | X | Devedora |
| 3.2.2.03.01.10-1 | Seguros e licenciamento de veículos               | 6493 | X | Devedora |
| 3.2.2.03.01.11-0 | Internet  | 6494 | X | Devedora |
| 3.2.2.03.01.12-8 | Despesas de formação                              | 6495 | X | Devedora |
| 3.2.2.03.01.13-6 | Tv p/ assinatura                                  | 6496 | X | Devedora |
| 3.2.2.03.01.15-2 | Reparos e manutenção de imóvel                    | 6498 | X | Devedora |
| 3.2.2.03.01.16-0 | Previdência privada                               | 6499 | X | Devedora |
| 3.2.2.03.01.17-9 | Móveis, utensílios e eletrodomésticos             | 6596 | X | Devedora |
| 3.2.2.03.02      | Manutenção do pároco - serviço prestado           |      |   | Devedora |
| 3.2.2.03.02.01-9 | Alimentação - serviço prestado                    | 6500 | X | Devedora |
| 3.2.2.03.02.02-7 | Despesas de manutenção - serviço prestado         | 6501 | X | Devedora |
| 3.2.2.03.02.03-5 | Reparos e manutenção de imóvel - serviço prestado | 6502 | X | Devedora |
| 3.2.2.04         | Despesas administrativas                          |      |   | Devedora |
| 3.2.2.04.01      | Despesas administrativas                          |      |   | Devedora |
| 3.2.2.04.01.01-7 | Água  | 6503 | X | Devedora |
| 3.2.2.04.01.02-5 | Energia   | 6504 | X | Devedora |
| 3.2.2.04.01.03-3 | Telefone  | 6505 | X | Devedora |
| 3.2.2.04.01.04-1 | Despesas de manutenção                            | 6506 | X | Devedora |
| 3.2.2.04.01.05-0 | Manutenção de imóveis                             | 6507 | X | Devedora |
| 3.2.2.04.01.06-8 | Manutenção de veículos                            | 6508 | X | Devedora |
| 3.2.2.04.01.07-6 | Manutenção de equipamentos                        | 6509 | X | Devedora |
| 3.2.2.04.01.08-4 | Material de expediente                            | 6510 | X | Devedora |
| 3.2.2.04.01.09-2 | Livros, revistas, jornais                         | 6511 | X | Devedora |
| 3.2.2.04.01.10-6 | Correios  | 6512 | X | Devedora |
| 3.2.2.04.01.11-4 | Seguro e licenciamento de veículo                 | 6513 | X | Devedora |
| 3.2.2.04.01.12-2 | Transporte  | 6514 | X | Devedora |
| 3.2.2.04.01.13-0 | Honorários contábeis                              | 6515 | X | Devedora |
| 3.2.2.04.01.14-9 | Internet  | 6516 | X | Devedora |
| 3.2.2.04.01.15-7 | Manutenção de informática                         | 6517 | X | Devedora |
| 3.2.2.04.01.16-5 | Aluguéis  | 6518 | X | Devedora |
| 3.2.2.04.01.17-3 | Aluguel de software                               | 6589 | X | Devedora |
| 3.2.2.04.01.18-1 | Móveis, utensílios e eletrodomésticos             | 6597 | X | Devedora |
| 3.2.2.04.01.19-0 | Exames médicos                                    | 6599 | X | Devedora |
| 3.2.2.04.02      | Despesas administrativas - serviço prestado       |      |   | Devedora |
| 3.2.2.04.02.01-3 | Despesas de manutenção - serviço prestado         | 6519 | X | Devedora |
| 3.2.2.04.02.02-1 | Manutenção de equipamentos - serviço prestado     | 6520 | X | Devedora |
| 3.2.2.04.02.03-0 | Transporte - serviço prestado                     | 6521 | X | Devedora |
| 3.2.2.04.02.04-8 | Honorários contábeis - serviço prestado           | 6522 | X | Devedora |
| 3.2.2.04.02.05-6 | Manutenção de informática - serviço prestado      | 6523 | X | Devedora |
| 3.2.2.05         | Despesas financeiras/tributárias                  |      |   | Devedora |

|                  |                      |      |   |  |          |
|------------------|----------------------|------|---|--|----------|
| 3.2.2.05.01      | Despesas financeiras |      |   |  | Devedora |
| 3.2.2.05.01.01-1 | Juros/multa          | 6537 | X |  | Devedora |
| 3.2.2.05.01.02-0 | Impostos e taxas     | 6538 | X |  | Devedora |
| 3.2.2.05.01.03-8 | Taxa cambial         | 6539 | X |  | Devedora |
| 3.2.2.05.01.04-6 | Tarifas bancárias    | 6540 | X |  | Devedora |
| 3.2.2.05.02      | Despesas tributárias |      |   |  | Devedora |
| 3.2.2.05.02.01-8 | IR s/ aplicação      | 6541 | X |  | Devedora |
| 3.2.2.05.02.02-6 | IOF s/ aplicação     | 6542 | X |  | Devedora |

| <b>Código</b> | <b>Descrição</b>  | <b>Reduzida</b> | <b>Analítica</b> | <b>Patrimonial</b> | <b>Natureza</b> |
|---------------|---|-----------------|------------------|--------------------|-----------------|
| 4             | <b>Receitas</b>   |                 |                  |                    | Credora         |
| 4.1           | <b>Receitas Operacionais</b>  |                 |                  |                    | Credora         |
| 4.1.2         | <b>Receitas Operacionais Paróquias</b>  |                 |                  |                    | Credora         |
| 4.1.2.01      | Receitas de contribuição  |                 |                  |                    | Credora         |
| 4.1.2.01.01-9 | Dízimos   | 6544            | X                |                    | Credora         |
| 4.1.2.01.02-7 | Coletas de missas   | 6545            | X                |                    | Credora         |
| 4.1.2.01.03-5 | Taxas da igreja   | 6546            | X                |                    | Credora         |
| 4.1.2.01.04-3 | Ofertas específicas   | 6547            | X                |                    | Credora         |
| 4.1.2.01.05-1 | Ofertas eventuais   | 6555            | X                |                    | Credora         |
| 4.1.2.01.06-0 | Promoções e eventos   | 6556            | X                |                    | Credora         |
| 4.1.2.01.07-8 | Material litúrgico e pastoral   | 6561            | X                |                    | Credora         |
| 4.1.2.01.08-6 |   | 6562            | X                |                    | Credora         |
| 4.1.2.01.09-4 | Festas religiosas   | 6580            | X                |                    | Credora         |
| 4.1.2.02      | Receitas coletas especiais  |                 |                  |                    | Credora         |
| 4.1.2.02.01-5 | Lugares santos  | 6566            | X                |                    | Credora         |
| 4.1.2.02.02-3 | Campanha da fraternidade  | 6567            | X                |                    | Credora         |
| 4.1.2.02.03-1 | Óbolo de São Pedro  | 6568            | X                |                    | Credora         |
| 4.1.2.02.04-0 | Manutenção presbíteros  | 6569            | X                |                    | Credora         |
| 4.1.2.02.05-8 | Coleta missionária  | 6570            | X                |                    | Credora         |
| 4.1.2.02.06-6 | Coleta evangelização  | 6571            | X                |                    | Credora         |
| 4.1.2.02.07-4 | Crisma  | 6572            | X                |                    | Credora         |
| 4.1.2.02.08-2 | Intenções de missas   | 6573            | X                |                    | Credora         |
| 4.1.2.02.09-0 | Outras campanhas  | 6634            | X                |                    | Credora         |
| 4.1.2.03      | Receitas patrimoniais   |                 |                  |                    | Credora         |
| 4.1.2.03.01-1 | Receitas aluguéis   | 6557            | X                |                    | Credora         |
| 4.1.2.03.02-0 | Arrendamentos   | 6558            | X                |                    | Credora         |
| 4.1.2.03.03-8 | Receitas foro/laudemio  | 6559            | X                |                    | Credora         |
| 4.1.2.04      | Receitas projetos   |                 |                  |                    | Credora         |
| 4.1.2.04.01-8 | ADVENIAT  | 6563            | X                |                    | Credora         |
| 4.1.2.04.02-6 | Fondazione filantrópica   | 6633            | X                |                    | Credora         |
| 4.1.2.04.03-4 | Kirche in not   | 6867            | X                |                    | Credora         |
| 4.1.2.04.04-2 | Outras receitas projetos  | 7025            | X                |                    | Credora         |
| 4.1.2.05      | Outras receitas   |                 |                  |                    | Credora         |
| 4.1.2.05.01-4 | Prêmios e seguros   | 6564            | X                |                    | Credora         |
| 4.1.2.05.02-2 | Venda de bens   | 6565            | X                |                    | Credora         |
| 4.1.2.05.03-0 | Serviço de intercâmbio religioso<br>Santa Rita de Cássia                      | 6804            | X                |                    | Credora         |
| 4.1.2.05.04-9 | Serviço de intercâmbio religioso<br>catedral Nossa Senhora da<br>Apresentação |                 |                  |                    | Credora         |
| 4.1.2.05.05-7 | Estacionamento  | 6825            | X                |                    | Credora         |
| 4.1.2.05.06-5 | Impressão recibos   | 6826            | X                |                    | Credora         |
| 4.1.2.05.07-3 | Acordos   | 6838            | X                |                    | Credora         |
| 4.1.2.06      | Receitas financeiras  |                 |                  |                    | Credora         |
| 4.1.2.06.01-0 | Rendimentos aplicação   | 6574            | X                |                    | Credora         |
| 4.1.2.06.02-9 | Rendimentos poupança  | 6575            | X                |                    | Credora         |
| 4.1.2.06.03-7 | Juros recebidos   | 6576            | X                |                    | Credora         |
| 4.1.2.06.04-5 | Descontos obtidos   | 6577            | X                |                    | Credora         |
| 4.1.2.06.05-3 | Multas recebidas  | 6895            | X                |                    | Credora         |
| 4.1.2.07      | Recuperação de despesas   |                 |                  |                    | Credora         |
| 4.1.2.07.01-7 | Ressarcimento plano de saúde  | 6578            | X                |                    | Credora         |
| 4.1.2.07.02-5 | Recuperação de despesas   | 6579            | X                |                    | Credora         |
| 4.1.2.07.03-3 | Ressarcimento energia SEAPAC  | 6839            | X                |                    | Credora         |
| 4.1.2.07.04-1 | Faltas ao trabalho  | 6957            | X                |                    | Credora         |